

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

MARTA MARIA GUIMARÃES ALVES DE LIMA

**CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE
SANTANA: ENSINO TRADICIONAL OU PROPOSTA CULTURAL?**

(1986-1996)

Feira de Santana

2016

MARTA MARIA GUIMARÃES ALVES DE LIMA

**CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE
SANTANA: ENSINO TRADICIONAL OU PROPOSTA CULTURAL?**

(1986-1996)

Trabalho de Conclusão de Curso de
História para obtenção do título de
Licenciatura em História da Universidade
Estadual de Feira de Santana.

Professor Orientador: Prof. Dra. Andréa
Rocha Rodrigues Pereira Barbosa

Feira de Santana

2016

MARTA MARIA GUIMARÃES ALVES DE LIMA

**CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE
SANTANA: ENSINO TRADICIONAL OU PROPOSTA CULTURAL?**

(1986-1996)

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

**Prof. . Dra Andréa da Rocha Rodrigues Pereira
Barbosa**

Prof. Dra. Ione Celeste Jesus de Sousa

Prof. Dr. José Augusto Ramos da Luz

Feira de Santana, 08 de novembro de 2016

“Lá onde a fraqueza dos olhos não permite mais ver, por causa de sua extrema sutilidade, o mau instinto como tal, é ali que o homem faz começar o reino do bem; e a sensação de ter agora penetrado nesse reino desperta a excitação de todos os instintos que estavam ameaçados e limitados pelos instintos maus, como o sentimento de segurança, de bem-estar, de benevolência. Por conseguinte: quanto mais o olhar é impreciso, maior é o domínio do bem! Daí a serenidade do povo e das crianças! Daí o abatimento dos grandes espíritos, seu humor negro, próximo da má consciência”.

(Friedrich Wilhelm Nietzsche)

AGRADECIMENTOS

Gostaria, inicialmente, de agradecer a Deus pela vida, família e amigos que participam diretamente da minha vida e pela sabedoria adquirida ao longo das jornadas. Em especial dedico esse texto à minha mãe, Carmem Castor, apoio incondicional sempre, que me dá o suporte, concordando, ou não, com minhas decisões. Amo você!

Também memoro meus familiares: avôs, avós, tios, tias, primos, primas, etc, que, independente da localização geográfica em que se encontrem, sei que torceram para que eu chegasse aqui. *In memoriam José Alexandrino da Silva Santos, Zilda Castor da Silva Santos e Raul Castor da Silva Santos*, avós e tio que, mesmo tendo partido, sei que estão me vendo “aí de cima” e, cujas presenças, foram essenciais, também, para formar a pessoa que sou hoje.

Imensa gratidão aos meus amigos, companheiros, parceiros de UEFS e demais caminhadas: Manuh, Lílian, Roquelina, Diego (amigo inseparável de todas as horas), Carol, Poly, Marquinhos e Marly, por acreditarem que, juntos, podíamos nos tornar acadêmicos. Cada risada, cada lágrima, cada ligação, mensagem de texto e loucurinhas foram essenciais para que eu pudesse chegar aqui. Ao marido querido, Washington, por sempre me lembrar de que eu já era professora e que a monografia era apenas a última etapa desse processo chamado graduação. Por isso o meu “muito obrigado” a vocês.

Ah...agora vem os professores queridos. Primeiro gostaria de agradecer a Rinaldo Leite, pessoa fundamental para que eu continuasse no curso de História. “Ao mestre com carinho” Carlos Augusto por ter “me adotado” na PROBIC quando eu mais precisei, me oferecendo a calma, a paz e a tranquilidade para escrever minha monografia e pesquisar sobre a educação, a Valter Soares por plantar a sementinha de que ainda há esperança para a educação brasileira e à minha orientadora Prof. Andréa Rocha, por acreditar em mim, por me orientar e me socorrer quando eu mais precisei.

E é assim que hoje me sinto: leve e feliz por estar concluindo essa etapa tão relevante da minha vida. Não me entristeço porque o término de uma etapa implica no começo de outra. E que venham novas questões, novos espaços, novos amigos, mas sempre preservando as memórias, os amigos e os lugares por onde passei. A todos o meu mais sincero “muito obrigado”. Saiba que levo e levarei cada um de vocês num cantinho do meu coração sempre e para sempre.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por finalidade ampliar o debate sobre o ensino de História após o período da Ditadura Militar, em Feira de Santana. O recorte temporal escolhido foi os anos de 1986 a 1996, quando o processo de redemocratização estava em vigor, objetivando uma educação voltada para os elementos culturais e para a História Local, deixando de lado o tradicionalismo e os tecnicismos amplamente difundidos ao longo do período autoritário. A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) nasceu em meio ao período ditatorial. Em sua base havia uma série de cursos ofertados, dentre eles o de Licenciatura Plena em Estudos Sociais, que dez anos depois de sua fundação, viria a transformar-se nos cursos de Licenciatura em História e de Licenciatura em Geografia. A criação e a configuração do curso de Estudos Sociais, que apresentava habilitação para Educação Moral e Cívica, já mostrava o tradicionalismo militar em voga, durante aquele período. Quando a reabertura política acontece, o curso de Licenciatura em História aparece, enfatizando a necessidade de observar as particularidades das comunidades em que o aluno encontra-se participando. As propostas curriculares e os modelos de ensino passaram por reformas e a pesquisa em questão visa mostrar isso, quais foram as bases de implantação do curso de História da UEFS: se seguiu moldes tradicionais ou se mostrou-se numa configuração mais humanística e menos tecnicista. O estudo também analisou o primeiro currículo de implantação do curso de História, que apresentava disciplinas ligadas ao estudo da política, dos problemas sociais da década de 1980 e da necessidade de estudar a História Local e Regional.

Palavras-chaves: Ditadura, Ensino, História.

ABSTRACT

This Work Completion of course is intended to broaden the debate on the teaching of history after the period of military dictatorship in Feira de Santana. The chosen time frame was the years 1986-1996, when the democratization process was in place, aiming an education for the cultural elements and the Local History, leaving aside traditionalism and technicalities widespread throughout the authoritarian period. The State University of Feira de Santana (UEFS) was born amid the dictatorship period. At its base was a series of courses offered, including the Full Degree in Social Studies, ten years after its foundation, would become the Degree courses in History and BA in Geography. The creation and setting the course for Social Studies, which had qualified for Moral and Civic Education, already showed the military traditionalism in vogue during that period. When the political reopening happens, the Bachelor's Degree in History appears, emphasizing the need to observe the particularities of the communities in which the student is found participating. The proposed curriculum and teaching models undergone renovations and the research in question aims to show it, what were the deployment of bases of the course of history UEFS: followed traditional molds or proved in a more humanistic and less technical configuration. The study also analyzed the first implementation of curriculum of history, which had disciplines related to the study of politics, social problems of the 1980s and the need to study the Local and Regional History.

Key-words: *Dictatorship, Teaching, History*

SUMÁRIO

Introdução	10
Metodologia	14
Capítulo 1 – A Ditadura Militar e a Educação no Brasil: 1964 a 1985	18
1.1. A Ditadura Militar: Golpe de 1964.....	18
1.2. Adeus Escola Nova: Cálculos ao Invés de Reflexões.....	24
1.3. Reforma Universitária de 1968	29
1.4. Reforma no Ensino Básico de 1971.....	30
1.5. O Silêncio da História.....	35
Capítulo 2 – A UEFS e o Curso de Licenciatura em História	40
2.1. Fundação da Universidade Estadual de Feira de Santana.....	40
2.2. Licenciatura Plena em Estudos Sociais	43
2.3. Surgimento do curso de História: 1986.....	44
2.4. Proposta Curricular: 1986 a 1996.....	45
Considerações Finais	60
Referências	63
Catálogo de Fontes	67

Lista de Abreviaturas e Siglas

AI's - Atos Institucionais

ANPUH – Associação Nacional de História

AP – Ação Popular

BH – Belo Horizonte

CEDOC – Centro de Documentação

CFE – Conselho Federal de Educação

D.E. – Dedicção Exclusiva

FUFS – Faculdade Universidade de Feira de Santana

IMP's – Inquéritos Militares Policiais

JUC – Juventude Universitária Católica

LDB – Leis de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

MEC-USAID – Ministério da Educação - United States Agency for International Development (Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos).

OSPB – Organização Social e Política Brasileira

PNE – Parâmetros Nacionais Educacionais

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UnB – Universidade de Brasília

UNEB – Universidade Estadual de Feira de Santana

UNE – União Nacional dos Estudantes

USP - Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

A educação brasileira, desde o período da União Ibérica, sofreu com o descaso e a falta de investimentos governamentais. Investia-se em desenvolvimento social, em crescimento econômico, porém poucos foram os momentos em que os políticos lembraram-se de que o fundamento para qualquer tipo de desenvolvimento era a educação. Falava-se de “ordem e progresso”, mas pouco investia-se nestes, posto que a educação era colocada de escanteio quando o assunto era investimento, sendo que essa era uma prática comum nos primeiros anos da República Brasileira.

Os modelos educacionais refletem as estruturas políticas, econômicas e sociais de um país. Isso foi claramente evidenciado quando, a partir da década de 1950, a sociedade brasileira vivenciou o processo de industrialização e urbanização. Aos milhares, grande parte da população rural deslocou-se do campo para as cidades, em busca de oportunidades de emprego. No entanto poucos eram realmente qualificados para assumirem as vagas disponíveis no mercado de trabalho. Então, por conta disso, a educação tornou-se essencial para que o povo conseguisse alcançar o objetivo de ocupar os cargos oferecidos pela industrialização, ou seja, tornou-se um meio para alcançá-lo.

A educação, até a primeira metade do século XX, não era destinada a todos. Apenas uma fina camada da população frequentava os centros escolares e, por consequência, tinham mais chances de alcançarem melhores empregos do que os demais.

Nos anos 1960 o Brasil vivia uma crise política, econômica e social. Desde a década de 1930 que o país tinha iniciado o seu processo de industrialização através da implantação das indústrias de bens de consumo duráveis em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo. Esse desenvolvimento industrial impulsionou a ampliação das cidades que cresceram por conta da demanda de pessoas que migraram do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida.

“A industrialização, em sendo tardia, se dá num momento em que a acumulação é potencializada pelo fato de se dispor, ao nível do sistema mundial como um todo, de uma imensa reserva de ‘trabalho morto’ que, sob a forma de tecnologia, é transferida aos países que recém se estão industrializando. Assim, na verdade o processo de reprodução do capital ‘queima’ várias etapas, entre as quais a mais importante É não precisar esperar que o preço da força de trabalho se torne suficientemente alto para

induzir as transformações tecnológicas que economizam trabalho”.
(OLIVEIRA, 1981: p.42).

Em face dessa conjuntura a população pobre continuava sofrendo cada vez mais com a falta de projetos políticos que visassem a diminuição das disparidades sociais. O povo era deixado de lado, em troca da industrialização latente. Apesar de compreenderem que, para a industrialização realmente dar certo era necessário haver oferta de mão de obra qualificada para ocupar as vagas de emprego que eram oferecidas pelo mercado de trabalho. A educação tinha que receber investimentos que proporcionassem a construção e abertura de novas escolas, a formação e a profissionalização dos profissionais da educação, dentre outros, mas o Governo destinava poucos recursos para essas finalidades. As elites não tinham interesse em promover a alfabetização da população, pois:

Toda essa gente que, inculta e ignorante, se sujeita a vegetar, se contenta em ocupações inferiores, sabendo ler e escrever aspirará outras coisas, quererá outra situação e como não há profissões práticas nem temos capacidades para criá-las, desejará também ela conseguir emprego público. (Paiva, 1983, p. 92)

Diversos projetos, como o Manifesto dos Pioneiros (1931), Reforma Capanema (1942) e a LDB (1961) foram criados entre as décadas de 1930 a 1960, porém nenhum deles, de fato, promoveu a democratização da educação, sendo que a maioria falhou em seus objetivos. Os educadores que compuseram a LDB acreditavam que uma educação democrática voltada à população só aconteceria quando a sociedade sofresse radicais transformações sociais.

No ano de 1948 iniciou-se a discussão sobre a educação a nível nacional, sobre as Leis de Diretrizes e Bases e esta só foi finalizada no ano de 1961. A escola pública era debatida a fim de questionar e definir quem e como aconteceria o financiamento dela. Uns afirmavam que era o Governo quem deveria arcar com tais custos e outros afirmavam que era mais viável que o Estado permitisse que o âmbito privado também fosse responsável pelo ensino básico.

Nos anos 1960 a discussão sobre a LDB foi continuada e, no final das contas, ficou definido que o ensino no Brasil poderia ser praticado tanto em âmbito privado quanto em âmbito público. Nesse momento deu-se início ao processo de descentralização do ensino, mas infelizmente a educação continuou sem a sua democratização.

No ano de 1961 a LDB (Leis de Diretrizes e Bases) afirmava a não obrigatoriedade do ensino primário. Aqueles cujas famílias fossem muito pobres e não tivessem condições de enviar seus filhos para as escolas, se as crianças estivessem doentes, se tivessem a matrícula cancelada ou se não houvesse núcleos educacionais o suficiente para contemplar a demanda, teriam justificativas plausíveis para não irem à escola. (BRASIL, 1961, art 27).

O parágrafo acima reflete as características da sociedade civil brasileira durante o início dos anos 1960. A maioria da população viva com salários muito baixos, que mal davam para manter dignamente uma família. Os medicamentos eram de difícil acesso àqueles que eram oriundos das classes sociais mais baixas e a saúde, em termos gerais, era privilégio de quem detinha recursos financeiros suficientes para pagar pelas consultas dos médicos que, na maioria das vezes, eram particulares.

De acordo com o censo escolar de 1961, cerca de 33,4% dos jovens entre 7 e 14 anos não frequentava a escola por causa de dois fatores: a pobreza crônica das famílias que obrigava as crianças a trabalharem desde cedo para ajudar no sustento de casa e a falta de oferta de escolas públicas. Até esse momento não havia nenhum projeto educacional que democratizasse a educação. “Da população estudantil, 5.775.246 de alunos estavam matriculados na rede do ensino primário, 868.178 no ensino médio, 93.202 no ensino superior e 2.489 nos cursos de pós-graduação.” (BOMENY, 2008)

Em 1962 foi criado o Conselho Federal de Educação (CFE) e o Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado. Esse tinha a finalidade de escolarizar em 100% o público jovem de 7 a 14 anos de idade. Infelizmente a LDB de 1961/62 não conseguiu alcançar o seu principal objetivo que era o de democratizar a educação nacional. Para que isso realmente acontecesse, se fazia necessário que a distribuição de renda fosse mais igualitária e que o Governo Federal investisse seriamente no âmbito educacional, porém isso não aconteceu.

A partir de 1964, com a implantação do militarismo no Brasil, foram criadas iniciativas para normatizar a educação secundária no país. Em 1965 o Estado passou a financiar a construção de novas escolas. As universidades públicas passaram a oferecer maior número de vagas nos cursos de graduação em licenciatura, houve uma diminuição do número de analfabetos e diminuiu a evasão escolar. Também aconteceu o

desenvolvimento do ensino secundário particular. A necessidade de formar e capacitar a mão de obra necessária para trabalhar nas indústrias forçou o Governo a tornar a educação pública uma prioridade. Em 1971 o ensino fundamental se tornou obrigatório para as crianças e adolescentes e aumentou a sua duração de 04 para 08 anos.

Infelizmente não foram apenas aspectos positivos os evidenciados na educação durante o militarismo. A iniciativa privada passou a dominar a pré-escola e o Governo, aos poucos, foi deixando de financiar o ensino primário e secundário em sua totalidade.

O processo ditatorial, no Brasil, durou 21 anos. As Forças Armadas dominaram ideologicamente a política, a sociedade, a economia e, como não podia deixar de ser, a educação, também, tirando o seu caráter reflexivo e fornecendo-lhe uma nova roupagem tecnicista.

O Brasil, antes do Golpe Militar de 1964, vivia sobre o efeito do desenvolvimento social, impulsionado pela industrialização nacional. As transformações econômicas, políticas e sociais motivaram a configuração educacional voltada para os pensamentos de John Dewey. Este era um pesquisador americano que trabalhava com estudos inerentes ao desenvolvimento da educação nas escolas, afirmava que a escola não deveria voltar-se apenas aos conteúdos, mas sim, que deveria ensinar para a vida. Dessa forma o sistema educacional brasileiro reformulou-se ampliando o campo de ação das ciências humanas, dando ao estudante a possibilidade de refletir, analisar e compreender os lugares e comunidades às quais ele pertencia.

O novo tipo de sociedade – democrática e científica – não poderia considerar a sua perpetuação possível sem um aparelho escolar todo especial. Os velhos processos espontâneos de educação já não eram possíveis. Com todo o desenvolvimento tecnológico da sociedade, a mesma se faz, com efeito, tão complexa, artificial e dinâmica, que todo o *laissez-faire* se torna impossível e um mínimo de planejamento social, ajudado por um sistema de educação intencional, ou seja, escolar, de todo indispensável. (TEIXEIRA, 1968, p. 31)

No momento da imposição ditatorial a educação vivia o seu melhor período: a população conhecia seus direitos e deveres e atuava diretamente na sociedade civil em que vivia. Quando o autoritarismo foi imposto, um dos primeiros setores a sofrer modificações foi a educação. Impôr uma ideologia repressora, cercear os direitos individuais humanos e tolher toda expressão democrática não seria possível se a nação

continuasse tendo uma experiência escolar voltada para a reflexão e para o questionamento.

No Brasil, com a política anti “escola nova”, John Dewey, por ter sido inspirador do que pejorativamente se chamou aqui de “escola novismo”, foi banido dos estudos educacionais. Passou a ser visto por muito tempo como defensor de uma educação elitista, pelos que se consideravam renovadores, e, pela direita, como um esquerdista americano que era preciso rasurar. Havia ainda os que se julgavam de esquerda e nacionalistas por recusarem qualquer influência americana e procuravam, para demonstrar seu esquerdismo, se associar ao pensamento e à pedagogia européia, desprezando tudo que vinha dos Estados Unidos. Como se do ponto de vista de identidade cultural houvesse algum avanço em baixar uma bandeira colonizadora e levantar outra igualmente colonizadora. (BARBOSA, 2002, p. 15)

Os cursos técnicos foram impulsionados, as disciplinas das áreas das Ciências Humanas tiveram seus conteúdos recortados, diminuídos e enlatados. Os pensamentos foram substituídos por cálculos e as gerações seguintes sentiriam na pele os efeitos dessa devastação educacional. Em 1968 houve a reforma universitária¹. Uma série de mudanças aconteceu, visando a diminuição do diálogo entre as universidades e normas que induziam o aluno cada permanecer na universidade estudando, ao invés de ficar protestando nas ruas, causando caos social. Oito anos após a implantação desse conjunto de leis, a UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana, foi inaugurada. Inicialmente tinha os seguintes cursos: Licenciatura de 1º e 2º graus em Letras – Inglês/Francês, Licenciatura Plena em Ciências, Licenciatura Plena em Estudos Sociais com habilitação em Educação Moral e Cívica e em Estudos Sociais 1º grau, Enfermagem, Engenharia de Operações – modalidade Construção Civil, Administração, Economia e Ciências Contábeis.

Nesse período percebe-se que a Licenciatura Plena em Estudos Sociais foi uma construção ditatorial, que havia fragmentado os conteúdos de História e Geografia, transformando-os em uma disciplina só. O curso de Licenciatura em História foi implementado na UEFS em 1986, um ano após o fim do Golpe Militar, em pleno processo de redemocratização.

¹ O Governo Brasileiro implantou um conjunto de leis que visava a modernização e a ampliação do ensino superior (ensino, pesquisa e extensão) das universidades públicas. A Reforma Universitária de 1968 também impulsionou o desenvolvimento do ensino superior privado, o que diminuiu a responsabilidade do Governo em financiar as instituições de ensino superior públicas. (MARTINS, 2009)

O objetivo do presente estudo é analisar o surgimento do curso de História atrelado à abertura política, enfatizando a perspectiva de ensino: se este ainda seguia o tradicionalismo ou se aderiu à proposta cultural entre os anos de 1986 a 1996.

METODOLOGIA

Para a realização deste Projeto é imprescindível a metodologia, ou seja, a forma como será conduzida a Pesquisa. Tendo isso em vista inicialmente foi efetuado o levantamento bibliográfico acerca da temática a ser trabalhada. Como a questão norteadora deste é a análise de quais propostas e influências foram feitas e apresentadas aos estudantes de História das duas primeiras turmas de graduação (1986-1996), foi buscando-se, em primeiro lugar, analisar o contexto em que se inseria tal questão.

Em quaisquer tipos de trabalhos científicos é evidente a busca pelo conhecimento. Só que para isso é necessária a utilização de um método, o qual é composto por “um conjunto de procedimentos adotados com o propósito de atingir um conhecimento”. (PRODANOV e FREITAS, p. 24)

Em um momento inicial o método dedutivo foi utilizado, ou seja, o texto é iniciado com a apresentação de uma análise do caso particular, que é a questão norteadora do presente trabalho de conclusão de curso, é feita.

Somado ao método dedutivo o tipo de conhecimento utilizado é o verificável, pois se leva em conta que, através da análise de variadas fontes o que está sendo afirmado nos escritos pode ser “confirmado”, ou seja, verificado.

A análise de como foi ensinada a história ao longo da Ditadura Militar foi feita. A bibliografia foi levantada, estudada e todo um capítulo acerca do tema foi escrito. Em um segundo momento aconteceu o levantamento de fontes sobre a implantação do curso de História e quais foram os comportamentos da comunidade feirense em relação a isso. As fontes foram encontradas nos arquivos do Museu Casa do Sertão e no Diretório Acadêmico de História, que passaram a fornecer as informações necessárias para embasar tais estudos. Segue abaixo um breve comentário do que cada sub tópico dessa pesquisa, trabalhará.

Capítulo 01: A Ditadura Militar e a Educação no Brasil: 1964 a 1985: O objetivo do primeiro capítulo da monografia é o de mostrar como era o cenário nacional na época

ditatorial, destacando os processos educacionais que os currículos escolares e o corpo docente, como um todo, passou a sofrer.

1.1. A Ditadura Militar: Golpe de 1964: A ditadura militar durou 21 anos e devastou a sociedade brasileira como um todo. As pessoas foram silenciadas por leis arbitrárias, a economia do suposto milagre econômico ficou cada vez mais afundada em dívidas com o capital estrangeiro e a educação que, no início dos anos 1960 via uma pequena possibilidade de reestruturação a fim de contemplar as classes sociais menos abastadas foi tecnicizada e transformada em ferramenta para produzir mão de obra qualificada para trabalhar nas indústrias.

1.2. Adeus Escola Nova: Cálculos ao Invés de Reflexões: No início da década de 1960 a educação vinha se desenvolvendo, aos poucos, seguindo os moldes freirianos que pregavam ser necessário formar pessoas para atuar não somente no mercado de trabalho, como também era preciso capacitar pessoas “para a vida”. Com a implantação do militarismo no Brasil essa metodologia caiu por terra para dar espaço ao tecnicismo.

1.3. Reforma Universitária de 1968: Os militares colocaram nas reitorias pessoas afins ao regime militar e retirou aqueles tidos como “subversivos”, ou seja, de oposição ao Governo, punindo-os. Os docentes permaneceram fixos em suas universidades de origem após a criação da Dedicção Exclusiva, a fim de não transmitirem as ideologias subversivas aos distintos movimentos revolucionários criados nas universidades.

1.3. Reforma no Ensino Básico de 1972: Uma das primeiras áreas que foi reformulada pelos militares, em parceria com os Estados Unidos, foi a educação. Os acordos firmados entre o MEC e o USAID reestruturaram toda a educação brasileira. Os movimentos sociais populares voltados para o letramento dos membros das camadas sociais menos abastadas foram extintos e o método freiriano educacional foi substituído pelo tecnicismo estadunidense. A reforma educacional de 1972 teve consequências que são sentidas até os dias atuais, a exemplo da valorização do ensino privado em detrimento do ensino público.

1.5. O Silêncio da História: Uma das finalidades da reforma no ensino básico foi a de diminuir a carga horária dos cursos das Ciências Humanas, em especial, de História e Geografia. Essas duas matérias foram as “escolhidas” por conta de sua natureza crítica e reflexiva. Então os currículos de História e Geografia foram reformulados e manipulados a fim de diminuir o grau de análise e de críticas que poderiam ser feitas

à nova sociedade que se configurava de maneira antidemocrática, autoritária e manipuladora e por causa disso a História teve seu campo de estudos e de atuação minados.

Capítulo 02: A UEFS e o Curso de Licenciatura em História: A partir desse capítulo serão estudados com profundidade as características políticas, econômicas e sociais envolvidas no contexto da implantação do curso de História da UEFS.

2.1. A Fundação da Universidade Estadual de Feira de Santana: A Universidade Estadual de Feira de Santana foi fundada em 1976 e se originou da Faculdade de Letras e Artes que já estava em funcionamento desde a década de 1960. Contudo, em sua implantação enquanto universidade, ela serviu para atender às demandas da política vigente da época, que buscava formar profissionais que perpetuassem a ideologia neoliberal aplicada no país naquele período. Ao longo de mobilizações e lutas dos docentes, esse caráter é modificado e a UEFS se torna uma instituição democrática e plural, passando a atender às necessidades da sociedade feirense.

2.1. Licenciatura Plena em Estudos Sociais: A UEFS implantou, durante o período ditatorial, o curso de Estudos Sociais, tendo por modalidade a mais breve e sucinta da graduação por conta do caráter e da ideologia do curso, que poderiam apresentar cunho “subversivo”.

2.2. Surgimento do Curso de História da UEFS (1986): O curso de História sempre foi uma reivindicação de vários docentes da UEFS e da comunidade feirense como um todo. Ainda durante o período militar já existiam diversas cobranças sobre a implantação do curso. Porém só em 1986 (um ano após a queda do militarismo) o curso de Estudos Sociais é desmembrado e surgem os cursos de História e Geografia.

2.3. Proposta Curricular (1986-1996): O currículo do curso de História apresenta uma grade curricular composta por disciplinas “tradicionais” e algumas poucas que buscam levar o graduando a desenvolver pesquisas na área, em especial sobre Feira de Santana.

Capítulo 1 – A Ditadura Militar e a Educação no Brasil: 1964 a 1985

1.1. A Ditadura Militar: Golpe de 1964

O Golpe Militar Brasileiro, acontecido em 31 de março de 1964, produziu sérios efeitos a nação: destituiu o presidente eleito, a sociedade tornou-se endurecida pelas leis arbitrárias (Atos Institucionais), a população foi excluída da participação política, antes tão frequente e comum. Também se observou a censura a liberdade individual e aos meios de comunicação (rádio, jornal, televisão, etc). O povo ficou mais marginalizado e a situação social agravou-se: o desemprego aumentou, as pessoas passavam fome e careciam de políticas públicas que as contemplassem e a inflação era crescente.

No dia 31 de março de 1964, um levante militar, amplamente apoiado por forças civis, pôs fim não apenas ao governo reformista do Presidente João Goulart, mas também ao regime político conhecido como IV República ou República de 1946. O regime democrático e constitucional que, por sua vez, nascera de um golpe militar contra o Estado Novo de Getúlio Vargas, caía diante de outro golpe contra um dos herdeiros do getulismo em sua fase dita “populista-democrática”. O esboço de uma política reformista, calcada em três estratégias - a nacionalização da economia, a ampliação do corpo político da nação e a reforma agrária – seria substituída por um regime militar anticomunista e antirreformista, pautado por uma política desenvolvimentista sem contrapartida distributiva. (NAPOLITANO, 2011, p. 210)

Diversos setores apoiaram a intervenção militar, que buscava impedir a esquerdização do governo e também afirmavam ter o objetivo de contornar a crise econômica recém instaurada durante o Governo João Goulart.

A economia brasileira entrara em um longo ciclo depressivo, desde 1962, agravado por uma inflação crescente, que paralisava as obras consideradas básicas pelo governo, visando a uma melhor distribuição de renda, e causava forte pressão sobre os salários, originando um clima de enfretamento entre patrões e empregados, que vinha se somar à crise política mais geral. (SILVA, 1990, p. 316)

A proposta de melhoria econômica que foi implantada nesse período defendia a ideia de que se o campo econômico prosperasse, a maioria dos cidadãos teriam melhorias em suas condições de vida, era a ideologia do suposto “milagre econômico”. Aceitando isso, os empresários, religiosos, governadores de estados, membros da Igreja Católica e pessoas da sociedade civil como as donas de casa, religiosas, empresários e donos de veículos de comunicação, afirmavam ser benéfica a ação militar no Brasil.

A representação do comunismo como inimigo absoluto não derivava apenas do medo que conquistasse as classes Trabalhadoras. A questão central, na ótica dos responsáveis católicos [...] é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringia a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista opunha-se aos postulados básicos do catolicismo [...]. (MOTTA, 2002, p. 20)

Os Estados Unidos contribuíram diretamente com a derrubada do governo populista de Jango, que havia passado a beneficiar o povo e fortalecer as ações dos sindicatos. Inclusive havia uma operação secreta chamada “Operação Brother Sam”² que buscava oferecer suporte logístico aos golpistas no caso de encontrarem oposição armada dos setores de apoio ao então presidente democrático João Goulart. De acordo com o Jornal Batista (p. 13, 12 de abr. de 1964)

Os acontecimentos militares de 31 de março e 1º de abril que culminaram com o afastamento do Presidente da República vieram, inegavelmente, desafogar a nação [...] O presidente que vinha fazendo um jogo extremamente perigoso foi afastado. A democracia já não está mais ameaçada. A vontade do povo foi entendida e respeitada...o povo brasileiro por sua índole, pela sua formação, repele os regimes totalitários e muito particularmente o regime comunista.

Os militares tinham influência direta do governo estadunidense que, em pleno auge da Guerra Fria, tinha estratégias para deter o avanço do pensamento de esquerda política (comunismo/socialismo/anarquismo) e a principal ação traçada com essa finalidade era a de financiar as ditaduras militares ao redor do continente americano. Governos democráticos eram derrubados para implantar o militarismo cassando, torturando, prendendo e matando aqueles que eram contra a ditadura militar.

(...) O golpe de 1964 teve um caráter burguês, pois teve o apoio das classes dominantes do país, em conjunto com as multinacionais e o próprio Governo dos Estados Unidos, e da UDN (União Democrática Nacional). Mas a intervenção executiva do golpe ficou a cargo das Forças Armadas. Teve início, então, a partir do golpe de 1964, a mais longa das ditaduras militares da América Latina, que se instalou a partir dos anos 1960 (21 anos), no entanto, a menos sanguinária, na opinião desse autor, apesar de violenta e repressiva. (ASSIS, 2012, p.327)

² A Operação Brother Sam foi uma estratégia operacional estruturada pelos Estados Unidos e que buscava derrubar o governo de João Goulart (PTB) no ano de 1964. O apoio logístico que a Marinha dos Estados Unidos forneceu ao Exército Brasileiro culminou no Golpe Militar implantado em 31 de março de 1964.

Ser contra o militarismo implicava ir contra o progresso e o desenvolvimento político, econômico e social do país. Objetivava dizer que era contra a moral e os bons costumes, era o mesmo que afirmar ser defensor do esquerdismo e das práticas subversivas e isso não poderia vir a acontecer.

O cenário social era de devastação: os aspectos positivos desenvolvimentistas foram trocados pelos negativos e os índices sociais eram benéficos apenas a aqueles que dominavam a situação. Os militares adquiriram plenos poderes: alteraram a Constituição Brasileira, anularam e caçaram mandatos legislativos, cancelaram os poderes políticos por 10 anos daqueles que não concordavam com o regime em voga, demitiram as pessoas que eram tidas como perigosas ou subversivas e retirou do funcionalismo público os que eram suspeitos de subversão.

A cassação de direitos políticos foi expediente largamente empregado pelo governo militar para afastar opositores do regime. O Ato Institucional n. 1, editado em 9 de abril de 1964, autorizava a cassação de mandatos legislativos. (GOMES, 2010, p. 114)

O autoritarismo foi implantado levantando a bandeira do capitalismo e de luta contra a ameaça comunista que, na teoria, rondava o país. Então os militares passaram a minar as liberdades individuais e os poderes dos segmentos Legislativo e Judiciário em detrimento da soberbação do Poder Executivo. A doutrina de segurança nacional³ foi logo implantada. O apoio à permanência militar no poder presidencial era necessário até o medo da ameaça vermelha deixar de existir. Medidas radicais contra a subversão tinham que ser tomadas e todos os setores da sociedade brasileira foram contemplados por elas.

“(...) a militarização do aparelho de Estado brasileiro se define objetivamente como a via pela qual se concretiza a passagem de uma situação de equilíbrio instável no seio do bloco dominante e de ausência de hegemonia à hegemonia política do grande capital monopolista.” (SAES, 1985: p. 157)

A democracia foi posta de lado. Houve o fortalecimento do Poder Central, em destaque o Poder Executivo. As liberdades de expressão e de organização foram

³ A Doutrina de Segurança Nacional foi um plano elaborado pelos Estados Unidos que consistia em organizar e estruturar as sociedades capitalistas, tendo por base as ideias positivistas. Nessas sociedades influenciadas por essa doutrina, não poderia haver nenhum tipo de conflito ou divergência de caráter algum, já que se tratava de uma ideologia totalitária.

anuladas, os sindicatos fecharam-se, os partidos políticos foram destituídos de sua representatividade e o Alto Comando das Forças Armadas assumiram a presidência da república e a sua sucessão.

“(…) as classes dominantes em seu conjunto não se reuniram senão na medida em que o governo nacional-burguês parecia incapaz de manter a ordem. Entretanto, esta ordem que eles pretendiam preservar era inseparável da ‘desordem’ que denunciavam. Foi no respeito absoluto à Constituição de 1946 que Vargas, em 1950, e Goulart, em 1961, chegaram à presidência da República. A República, a ordem burguesa-republicana, se manifestou então, aos próprios olhos da burguesia, como uma desordem. A derrubada do governo nacional-burguês estava então necessariamente ligada à criação de uma ordem burguesa de tipo novo. As frações, setores e camadas das classes dominantes que haviam participado do golpe de Estado e da contra-revolução, acreditando ingenuamente que a oligarquia rural e o grande capital desejavam efetivamente salvar a democracia, foram os primeiros a ser postos fora da cena política”. (MORAES, 1971 b: p.854).

Os AIs (Atos Institucionais) de I a V legalizaram as ações repressivas violentas durante os 21 anos de ditadura militar no Brasil. Os IPMs (Inquéritos Policiais-Militares) foram rapidamente implantados a fim de levantar informações sobre as pessoas que tinham pensamentos reformistas, libertários e de oposição à ideologia do Governo recém implantado. Políticos, funcionários públicos e privados, alunos dos ensinos secundário e superior e demais membros da sociedade civil brasileira, ninguém escapava da ação policial investigativa. Centenas de pessoas perderam os cargos que tinham, políticos foram perseguidos e tiveram seus mandatos cassados. Os militares coletavam: “o máximo de informações no mais curto espaço de tempo possível, para que pudessem efetuar mais prisões antes que os amigos e companheiros do prisioneiro ficassem sabendo da sua prisão e desaparecessem” (WESCHLER, 1990, p. 23).

Vários cidadãos sofreram com a supressão dos seus direitos e os demais foram demitidos de seus empregos. Até os militares que não eram a favor da implantação do militarismo e que não concordavam com as ações que iam de encontro aos princípios democráticos foram demitidos e aposentados a fim de que não viessem a incentivar amigos, colegas de trabalho e conhecidos a se posicionarem contra o governo.

Os movimentos de esquerda política como a UNE (União Nacional de Estudantes), as Ligas Camponesas, a JUC (Juventude Universitária Católica) e a AP (Ação Popular) foram perseguidos violentamente.

Os movimentos sindical e estudantil estão enfraquecidos, contidos pela repressão, emudecidos pela censura e ofuscados pela euforia econômica.

Praticamente não há passeatas, comícios, agitação de rua nem greve. As forças de segurança, militares e policiais, com ampla liberdade de ação e, muitas vezes, com exageros típicos da arbitrariedade ditatorial, como prisões descabidas, torturas, seqüestros e mortes, combatem e vencem a esquerda armada (COUTO, 1999, p. 111).

Os grupos de esquerda não conseguiram se articular a tempo de defender o regime de Goulart por conta da descentralização das massas.

O golpe encontrou as esquerdas fragmentadas em diferentes correntes ideológicas, isoladas das grandes massas populares e sem nenhuma estratégia política para resistir a ação deflagrada. Subordinadas e vinculadas ao populismo janguista, não conseguiram as organizações populares e sindicais vislumbrar e implementar uma ação independente face ao capitulacionismo do governo Goulart. Com uma crescente retórica radical e pseudamente revolucionária, no pré-64, as esquerdas mostraram-se inteiramente inertes e desorientadas frente a ação militar [...] As massas populares e trabalhadoras não deram um passo – a não ser em casos muito isolados – em defesa do governo populista, assistindo passivamente ao dismantelamento de suas organizações políticas e sindicais bem como a prisão de suas lideranças mais expressivas. Como um “castelo de cartas” desabou a chamada “frente democrática” que reuniria operários, camponeses, militares nacionalistas e estudantes. (TOLEDO, 1997, p.42)

Censura aos meios de comunicação, à liberdade de expressão, às liberdades individuais das pessoas, o toque de recolher, dentre outros, foram apenas algumas ações, de muitas, que foram tomadas a fim de silenciar aqueles que não apoiavam e nem consentiam com a perpetuação do militarismo no Brasil.

A opinião pública foi sendo silenciada e, drasticamente, se transformou em opinião particular no estilo cada um por si e Deus por todos, já que nessa época quem se expressasse sendo fiel aos seus pensamentos e sentimentos poderia vir a ser punido com a morte. Até os representantes de Deus entraram na história: membros da Igreja Católica passaram a apoiar a moral e os bons costumes que os militares propunham e a imagem de um Deus que olha por todos independentemente de raça, cor de pele, condição social, etc, foi se perdendo dentre os arquivos à medida que as pessoas iam sumindo entre os porões militares, arquivos estes que foram ganhando muitas “páginas” durante 21 anos.

Transformações econômicas eram visíveis: a indústria modernizou-se e o setor de serviços também seguiu o mesmo ritmo. A abertura ao capital estrangeiro trouxe uma série de investimentos, em detrimento da saída de capital nacional e, por conta disso, o endividamento externo crescia exponencialmente.

"Os militares trouxeram para as políticas industriais uma visão estratégica e de longo alcance do Brasil. Trata-se de uma visão de superpotência geopolítica e industrial [...]. O Brasil deveria ser não apenas auto-suficiente, como também o controle da produção e da tecnologia deveria pertencer aos brasileiros. A preferência típica [dos oficiais que se envolveram mais diretamente nessa questão pode ser resumida em quatro itens: eles eram pró-industrialistas] pró-substituição das importações, pró-nacional e a favor das tecnologias de ponta".(SCHNEIDER, p. 88)

O Brasil viveu momentos de tensão, de conflitos internos e armados: membros estudantis organizaram-se em forma de guerrilha, para combater a ditadura e a repressão. Assaltos a bancos, sequestros de políticos, dentre outros, tornaram-se atos de protestos contra o regime e o ano de 1968 ficou marcadamente conhecido por causa das greves em Osasco e Belo Horizonte, pelo assassinato do estudante Edson Luís e pelas reivindicações a favor da democracia.

Em 1968 iniciou-se a reforma universitária. Os militares ampliaram a quantidade de vagas nas instituições de ensino superior, em especial, na rede particular. O Governo também passou a nomear os reitores das universidades públicas. Dessa forma os militares elegiam aqueles que concordavam com a ideologia e política empregada durante a ditadura militar no Brasil. Assim os militares garantiram um maior controle sobre a subversão nas universidades públicas. Outras estratégias também foram adotadas buscando manter a ordem social: ocorreu a anulação do movimento estudantil, uma maior integração e alinhamento do tripé ensino-pesquisa-extensão e atividades ligadas ao esporte e de âmbitos cultural e cívico também foram propostas aos estudantes universitários a fim de ocupa-los e, assim, diminuir os focos do movimento estudantil.

A reforma teve dois princípios norteadores, o controle político das universidades públicas brasileiras e a formação de mão de obra para economia. As transformações na organização das universidades do Brasil, com a Lei 5540, de 28 de novembro de 1968, possibilitou o aumento das matrículas em instituições de ensino superior, principalmente em estabelecimentos de iniciativa privada, permitiu o prolongamento da interferência dos ideais "revolucionários" na educação superior. (ANTUNES, SILVA & BANDEIRA, p.01)

Nos dois últimos governos militares assistiu-se a uma abertura lenta e gradual, de retorno a democracia. O *habeas corpus*, que tinha sido anulado pelo Ato Institucional No 5 (Governo de Costa e Silva), voltou a ser implantado, partidos políticos voltaram a

cena e a censura foi diminuindo ao passo que os ventos democráticos voltaram a soprar. Enquanto isso o ensino também passava por transformações curriculares e metodológicas.

A partir da década de 1990 a AMPUH (Associação Nacional de História) impôs a relação entre os vários níveis de ensino e da interação com a pesquisa, fazendo com que as universidades brasileiras se voltassem para a questão do ensino foram consolidadas a partir desse mesmo período, ampliando os espaços de discussão e as novas possibilidades de metodologia do ensino de História.

1.2. Adeus Escola Nova: Cálculos Ao Invés de Reflexões

A Escola Nova foi um movimento internacional, surgido na Europa, no momento em que o desenvolvimento industrial impulsionava as sociedades. Essa nova conjuntura exigia uma mão-de-obra que pudesse acompanhar tais avanços e, para que isso acontecesse, era necessário que a escola contemplasse não apenas as elites, como também os trabalhadores e seus filhos.

Nesse íntere surge John Dewey, que afirmava ser o núcleo escolar, algo mais do que um ambiente no qual as pessoas aprenderiam conteúdos para aplica-los nas indústrias. A escola deveria ensinar para a vida e, a partir de tais conhecimentos, era importante que o cidadão questionasse as ordens impostas, que argumentasse contra as mazelas sociais, que construísse as comunidades em que viviam, ou seja, a educação teria por finalidade a transformação e a reflexão.

O pensamento reflexivo faz um ativo, prolongado e cuidadoso exame de toda a crença ou espécie hipotética de conhecimentos, exame efetuado à luz dos argumentos que apóiam a estas e das conclusões a que as mesmas chegam. (...) para firmar uma crença em uma sólida base de argumentos, é necessário um esforço consciente e voluntário (DEWEY, 1953, p. 8).

No Brasil, o educador que incorporou tais ideias foi o baiano Anísio Teixeira, que tendo por base o pensamento de Dewey, implantou um sistema de ensino baseado na reflexão e na contestação das normas impostas. De acordo com TEIXEIRA (1988, p. 18) era necessário: [...] “formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva”. A base de tal projeto eram as disciplinas das Ciências Humanas, que demonstravam e abordavam temas e assuntos sociais como ética, moral, etc. De acordo com TEIXEIRA (1969, p. 21):

John Dewey, a quem coube a formulação mais demorada e mais completa desse Método de filosofia (mais do que sistema filosófico), muito se esforçou para afastar as confusões e desinteligências, e a sua contribuição foi decerto das maiores, se não a maior, na empresa de integrar os estudos filosóficos de nossa época no campo dos estudos de natureza científica, isto é, fundados na observação e na experiência, na hipótese, na verificação e na revisão constante de suas conclusões .

Em 1932 houve a construção de um documento chamado “Manifesto dos Pioneiros”, onde intelectuais como Cecília Meirelles e Anísio Teixeira exigiam que os centros de ensino fossem gratuitos, laicos e universais. Como a nação encontrava-se em pleno desenvolvimento industrial, impulsionado pelas indústrias de base de Getúlio Vargas, tal governante concordou com tais solicitações. Assim, a educação começava a contemplar as massas, transformando a população em mão-de-obra para as indústrias. Um ano antes, houve a confecção de um estatuto de regência das normas universitárias, que daria molde para as instituições públicas de ensino.

Essas autonomias do saber e das práticas aceitas são, sem a menor dúvida, a suprema garantia da liberdade possível entre os homens. Seremos livres na medida em que estejamos livres de organizar o saber humano, por essa forma autônoma, e em que, livremente, nos submeteremos às suas conclusões, por sua própria natureza, relativas, mutáveis e, por vezes, divergentes e variadas (TEIXEIRA, 1999, p.410).

O projeto educacional de Anísio foi posto em prática: os alunos aprendiam a viver, ao invés de adquirirem saber apenas para labutar nas fábricas nacionais, e isso aconteceu entre os anos de 1932 a 1964. Anísio pesava a educação como uma maneira de democratizar e emancipar o homem, buscando ofertar à população uma educação de qualidade onde a partir dela o povo pensasse e analisasse a sociedade em sua amplitude, ao invés de fazer com que o aluno meramente decorasse assuntos ou conteúdos das disciplinas.

[...] Terá de inculcar o espírito da objetividade, o espírito de tolerância, o espírito de investigação, o espírito de ciência, o espírito de confiança e de amor ao homem e o da aceitação e utilização do novo – que a ciência a cada momento lhe traz - com um largo e generoso sentido humano [...] (TEIXEIRA, 1996, p. 43).

No início dos anos de 1960 o país assistiu surgirem movimentos de educação e cultura populares. A educação, nesse período, era feita pela e para a população, a

exemplo o projeto De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, que era um sucesso entre as pessoas de baixa renda da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte.

Essas autonomias do saber e das práticas aceitas são, sem a menor dúvida, a suprema garantia da liberdade possível entre os homens. Seremos livres na medida em que estejamos livres de organizar o saber humano, por essa forma autônoma, e em que, livremente, nos submeteremos às suas conclusões, por sua própria natureza, relativas, mutáveis e, por vezes, divergentes e variadas (TEIXEIRA, 1999, p.410).

A ditadura, em 1964, passou a reprimir e censurar todos eles e o pensamento freiriano de que a educação tinha que servir para a população de modo a melhorar as suas vidas foi se perdendo e se dissipando ao longo da implantação do sistema educacional militarista. Os militares fizeram uma série de acordos com a USAID a fim de capacitar pessoas que pudessem atuar na sociedade brasileira sem questionar os eventos políticos acontecidos nas décadas de 1960 a 1980. O principal foco da USAID era o ensino superior, pois:

O pano de fundo da contribuição técnica para o ensino superior se transformar em prioridade da USAID foi o conflito EUA versus URSS, pois a chave para que o Brasil permanecesse uma sociedade livre e um país amigo próximo dos EUA estava no ensino superior. (SANTOS, 2005, p. 117)

A USAID era uma instituição estadunidense que tinha por finalidade promover a chamada “assistência técnica” na educação brasileira. A partir dela os Estados Unidos passaram a intervir diretamente na educação nacional, “reestruturando” todo o ensino, desde a pré-escola, passando pelo primário, ginásio e ensino médio, chegando a dominar os níveis técnico e superior, implantando claramente a desnacionalização do âmbito educacional.

Torna-se relevante mencionar os programas de cooperação para o desenvolvimento da educação brasileira, que foram assinados e executados entre 1964 e 1968, alguns com vigência até 1971, entre vários grupos de especialistas brasileiros e norte-americanos – os acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura/United States Agency International for Development). Segundo Romanelli (1996), estes programas previam assistência financeira e assessoria técnica junto aos órgãos, autoridades e instituições educacionais. A USAID atingiu, de alto a baixo, todo o sistema de ensino: níveis primário, médio e superior; e ramos acadêmico e profissional (com ênfase no primeiro). (ASSIS, 2012, p.329)

Os Estados Unidos, através dos acordos MEC-USAID, reestruturaram toda a educação brasileira, passando a treinar e capacitar os professores. (RE) formulou os livros didáticos e mudou a maioria das finalidades e objetivos educacionais. Aqueles que tinham pensamentos reformistas e idealistas também foram taxados de “perigosos” e “subversivos”. Os intelectuais comprometidos com as reformas também foram excluídos do processo de reorientação educacional.

Os acordos MEC-USAID inseriam-se numa longa tradição de “colaboração técnica” entre o Brasil e os Estados Unidos da América, que remonta ao pós-45. Até 1956, no entanto, os convênios assinados se restringiram ao fornecimento de assessoria e equipamentos no setor do ensino técnico. No Governo Kubitschek, a influência americana ampliou-se a projetos no ensino elementar. Na década de sessenta, após a vitória da Revolução Cubana, o Departamento de Estado dos EUA mostrou renovado interesse em implementar acordos mais abrangentes. Entretanto, a crise do Governo Goulart fez com que, mesmo assinados, esses convênios permanecessem letra morta. Com o golpe de 64, a situação alterou-se significativamente e logo se retomaram os entendimentos com a USAID. A série de acordos assinados entre 1964 e 1966 é que passou a ser conhecida como os Acordos MEC - USAID. (MARTINS FILHO, 1987, p. 130)

No ano de 1964 deu-se início à limpeza geral na educação. As pessoas que lutavam por uma escola pública laica, gratuita e universal foram substituídas por missionários estadunidenses ou por brasileiros concordantes do regime militar. Três educadores, nesse contexto, se destacam: Paulo Freire, Florestan Fernandes e Anísio Teixeira. O primeiro dirigia o Programa Nacional de Alfabetização. Teve o seu projeto sabotado por “cortes de verbas públicas” e todo o material foi vendido “a preço de banana” para a iniciativa privada.

Florestan Fernandes, sociólogo consagrado a nível nacional, foi preso um dia antes de disputar a cátedra de sociologia na USP (Universidade de São Paulo). Porém a opinião pública, que nesse momento ainda não tinha sido completamente censurada, exigiu a soltura do professor, que pôde concorrer à cátedra e ganhou o concurso. No entanto ele foi aposentado compulsoriamente pouco tempo após assumir o cargo público.

O baiano Anísio Teixeira, idealizador do Projeto Parque-Escola que fornecia educação de qualidade pública e gratuita a membros das populações mais pobres de Salvador - Bahia era idealizador e reitor na UnB (Universidade de Brasília) e também presidia o Conselho Federal de Educação. Foi destituído de ambos os cargos e acabou

sendo morto pela repressão em 1971 e teria o caso de sua morte reaberto em 2014 pela Comissão Nacional da Verdade.

Na verdade não era apenas o fato de Teixeira ocupar o cargo de reitor de uma grande universidade pública brasileira o que causava incômodo aos militares, mas sim, a sua aguçada capacidade de entender que a educação deveria servir ao propósito de melhorar a vida das pessoas a partir da conscientização e da reflexão sobre a sociedade.

Homem que, na linha instrumentalista, jamais se compôs com a palavra senão como instrumento preciso de idéias, inteiramente ao arrepio de uma certa eloquência de puro esteticismo verbalista formal; que não se encontrou jamais nas estratificações e estamentações de aristocratismo sociais fechados tendo a educação como instrumento, por estas e por outras maneiras de ser, Anísio Teixeira e seu programa educacional foram algo, a êsse tempo, mais para serem escutados e admirados platonicamente, do que para serem compreendidos, aceitos, incorporados e praticados (ABREU, 1960, p.38)

Os reitores das universidades, que concordavam e apoiavam o Golpe Militar passaram a demitir os professores e funcionários com quem tinham desafetos, colocando em seus lugares pessoas que ajudavam a controlar a repressão. Diversos profissionais da educação foram demitidos, desde funcionários do MEC a professores e servidores das redes estadual e municipal. Todos eram obrigados a concordar com a Ditadura Militar, caso contrário, eram passíveis de temíveis punições.

No momento em que o autoritarismo foi implantado, uma série de supressões foi realizada pelos militares. A população, que antes opinava diretamente na construção das leis e que questionava as normas vigentes, foi excluída de qualquer participação social. O diálogo com as partes tornou-se inviável e a democracia veio abaixo. Uma das principais medidas tomadas foi a reforma educacional, na qual a importância dada às disciplinas humanas foi transferida para a exatas.

“Esses regimes que se formaram através do controle absoluto do governo e do aparato coercitivo do Estado, através da destituição das autoridades e corpos representativos e submissão do Poder Judiciário; da desarticulação da sociedade política e civil, através da supressão das liberdades públicas, dissolução dos partidos e organizações políticas; da intervenção nos sindicatos e controle absoluto das universidades; do controle e manipulação dos meios de comunicação escritos, orais e visuais, tiveram como consequência deliberada a geração do terror ou, como alguns autores preconizam, de uma “cultura do medo”, fruto da “trivialização do horror”. (BAUER, 2005, p.5.)

Matérias como História, Geografia, Filosofia e Sociologia tiveram seus conteúdos diminuídos, recortados e transformados. O tipo de metodologia proposta foi a das narrativas tradicionais dos grandes feitos e dos políticos e eventos elitistas. E foi dessa maneira que a educação brasileira perdeu a sua fundamentação, a partir desse momento o ensino voltou-se para as escolas técnicas, para a manutenção de máquinas e construção de casas.

Devemos ver com suspeita uma filosofia educacional que, *hoje*, define a educação liberal com termos que são o oposto do que é verdadeiramente liberal. A educação profissional e prática não era liberal na Grécia, porque consistia na instrução de uma classe servil. [...] Uma educação verdadeiramente liberal hoje deveria negar-se a instrução profissional em qualquer dos seus níveis, do contexto social, moral e científico em que devem funcionar os ofícios e profissões sabiamente administrados. (DEWEY, 1952, p. 132)

A ideia de que a educação deveria voltar-se para a construção da democracia, respeitando a individualidade e a liberdade do indivíduo, caiu por terra. A reformulação curricular fez com que o aluno se transformasse num mero expectador dos eventos sociais. A reprodução, ao invés da reflexão, tornou-se amplamente difundida, e, assim, a Escola Nova foi expulsa a pontapés do cenário educacional, dando espaço ao tecnicismo alienante e elitista.

1.3. A Reforma Universitária de 1968

Um país que se preze e que busque o seu desenvolvimento social, investe grandes quantias na educação em todos os seus níveis de ensino: educação infantil, pré-escola, primário, ginásio, ensino médio e superior. Este último merece destaque porque é a partir dele que acontecem os avanços tecnológicos e científicos que impulsionam a sociedade.

Uma universidade tem que pensar no tripé ensino-pesquisa-extensão de modo que a comunidade participe diretamente da sua construção e que, de certa forma, também, seja contemplada pelas ações extensivas.

Instituição essencialmente cultural e educativa, os centros universitários não servem apenas às mais altas necessidades espirituais da nação. Se considerarmos, de um lado, a influência cada vez mais pronunciada das ciências na direção das sociedades modernas e, por outro lado, a complexidade crescente de que se revestem os problemas técnicos que os governos são obrigados a enfrentar, compreende-se a ‘função política’ que

desempenham os institutos de cultura superior, onde se terão de formar as nossas classes dirigentes (AZEVEDO, 1926 apud CUNHA, 1980, p. 232)

Os benefícios adquiridos com as pesquisas, ciências e tecnologias devem contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. Para que tal finalidade seja uma realidade é necessário que os centros de ensino superior recebam verbas e equipamentos necessários a fim de que o desenvolvimento científico transcorra da melhor forma possível.

Pelo nível de ensino que transmite como pela capacidade superior de seus estudantes, a educação universitária é toda orientada num sentido de criação e direção. Criação das ciências, direção da sociedade. Dos seus recintos sairão aqueles que deverão estudar os problemas dos demais, encontrar-lhes as soluções e impô-las como normas de governo (FRANCA, 1946 *apud* CUNHA, 1980, p. 280)

As universidades públicas passaram a ter os seus objetivos reduzidos durante os anos 1960, quando com a implantação do Regime Militar as tensões se ampliaram. Os estudantes passaram a exigir o aumento de vagas nas universidades estaduais e federais, mas o Governo não estava com intenções de ampliar os orçamentos destinados à educação superior. Também havia o fato de que os principais focos de resistência ao militarismo se encontrava nas universidades públicas, o que diminuía mais ainda a possibilidade dos generais olharem para elas com bons olhos a ponto de ampliar suas ofertas de vagas.

A ditadura militar no Brasil foi um período marcado por mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais, e principalmente, por lutas e repressão. No bojo deste regime autoritário, a educação precisou se ajustar às precárias condições de financiamento, espaço físico, recursos materiais, qualificação profissional, dentre outras. E ainda, passou por duas reformas significativas, e que marcaram a história da educação no país. (ASSIS, 2012, p. 337)

Os membros dos setores intelectuais do Brasil, a partir do ano de 1966, perceberam que a alienação e a manipulação de massas proposta e executada pelo Governo Militar, estava afetando diretamente a sociedade de forma estrutural. Um grupo formado por congressistas, acadêmicos, estudantes e demais pessoas, passou a reivindicar a democracia nas instituições de ensino e nos demais lugares, que são formados pela construção social do povo, a exemplo as escolas.

Setores intelectualizados das camadas médias, unidos em torno da palavra de ordem CONSCIENTIZAÇÃO, empenharam-se no emprego de fórmulas alternativas para alfabetizar a população e esclarecê-las a respeito da precariedade das suas condições de vida, da exploração a que era submetida e da manipulação ideológica que sofria com o movimento de 1964, após breve refluxo, essa atividade continuou adquirindo grande vulto em 1968 (DE OLIVEIRA, 2003, p. 14).

Os militares, quando perceberam isso, aumentaram o grau de repressão, mostrando a esses “revolucionários” e demais pessoas que tinham tendências a apoiá-los, que estar contra o militarismo era uma grande desvantagem e que, o preço a pagar por isso, era caro. As influências desses pensadores serviram de influência mais tarde, em 1968, quando a reforma universitária foi imposta e introduzida nas salas de aulas do ensino superior.

O referido ano foi marcado por uma série de protestos e conflitos nacionais e internacionais. O movimento estudantil organizou-se em prol da democracia e da liberdade, lutando contra os governos autoritários e as repressões (destacando-se o caso Edson Luís, as greves de Osasco e Belo Horizonte). “Esse incidente desencadeou um protesto nacional contra a violência da ditadura, cujo epicentro foi a cidade do Rio de Janeiro. Em uma semana, houve pelo menos 26 grandes passeatas em 15 capitais de estados”. (MARTINS FILHO, 1997, p. 18).

O desenvolvimento industrial, que havia motivado a inserção das pessoas nas escolas e universidades, continuou acontecendo, e os alunos ingressos nos centros universitários não encontravam condições dignas de estudos, porque tais lugares foram pensados para abarcar as elites, e não os segmentos empobrecidos.

A reforma universitária de 1968 veio para criar meios de controlar os ambientes subversivos, seus professores e alunos. Para resolver o caso da pouca quantidade de vagas o Governo passou a investir no ensino superior particular. As universidades públicas continuaram destinadas a uma fina parcela de estudantes, ao passo que as instituições privadas abarcavam a maioria da demanda universitária do país.

Existiram pós e contras acerca da reforma universitária de 1968. Os pontos positivos foram o desenvolvimento e a modernização das instituições federais e estaduais, a união entre ensino e pesquisa, a abolição das cátedras vitalícias e a institucionalização e progressão da carreira acadêmica. Em contrapartida os aspectos

negativos foram: a privatização de instituições, professores foram aposentados antes do tempo, reitores foram afastados dos cargos, as Forças Armadas passaram a deter maior controle sobre quaisquer movimentos contrários à ditadura e, em especial, as interferências curriculares foram baseadas nas repressões instigadas pelo momento histórico vivido, controlando as ideologias dos docentes e detendo maior controle sobre os programas das disciplinas, e aos livros adotados.

“O papel da educação assim como as metas para o setor, estabelecidas pelo Estado Brasileiro a partir de 1964, estiveram estritamente vinculados ao ideário de segurança nacional e de desenvolvimento econômico. O projeto delineado nos Planos e Programas de Desenvolvimento, na legislação e nas diretrizes governamentais representa o ideário educacional de diversos setores internos e externos. No plano interno, temos a continuidade de experiências visando à elaboração de políticas e de tecnologia educacional, como, por exemplo, as Forças Armadas através da Escola Superior de Guerra, e os empresários através do IPES. No plano externo, há um estreitamento dos vínculos com organismos internacionais como USAID, além da OEA e Unesco” (FONSECA, 1993, p.19)

A implantação da Dedicção Exclusiva dos docentes também seguia esse princípio, já que a partir da fixação dos acadêmicos em uma instituição apenas, não havia possibilidade de interlocução dele com os distintos núcleos dos movimentos estudantis, diminuindo a troca de informações sobre os levantes e estratégias anti-repressão. Além disso: Essa reforma aliada com os atos institucionais baixados pelo governo militar e a constituição de 1967 abriram espaço para uma grande transformação do ensino superior, modificando a sua estrutura administrativa e política. (ANTUNES, SILVA E BANDEIRA, p.03)

Visando manter os alunos estudando nas salas de aulas, ao invés de vê-los nas ruas protestando, programas foram implantados nas universidades a fim de promover o estímulo à competição, como por exemplo, os eventos desportivos e as atividades de caráter cívico e cultural. Houve interferência direta dos militares nos princípios “revolucionários” percebidos nos corredores e salas de aulas das instituições de nível superior. Movimentos estudantis também foram anulados e a criação da monitoria também auxiliava não apenas os estudos, como também a identificar os focos de resistência ao período autoritário.

As universidades públicas receberam incentivos ao desenvolvimento dos cursos e programas da pós-graduação. O Brasil chegou a ter o mais amplo sistema de pós-

graduação da América Latina, mas infelizmente em movimento contrário a graduação permanecia cada vez mais sucateada, porque o Governo ao permitir o desenvolvimento da educação superior privada, deixou de investir na educação superior pública, o que chegou a sucatear o ensino superior gratuito.

O incentivo às faculdades particulares também foi uma constante: já que o ensino superior público não tinha condições mínimas de compreender a demanda de alunos universitários, o jeito era motivar a abertura de novas vagas no âmbito privado. O Governo direcionava incentivos e verbas para que novas cadeiras universitárias fossem criadas, ao invés de direcionar essa promoção ao ensino superior público. As instituições superiores desse período eram voltadas para a profissionalização dos estudantes (quando o faziam) colocando no mercado uma mão de obra com pouco amparo e respaldo para o exercício da profissão.

As universidades passaram a formar mão de obra para a economia, controlando diretamente os meios intelectuais e os conteúdos ministrados, já que a ideia principal era homogeneizar a sociedade, para que não houvesse dissensões. Uma realidade distorcida era apresentada nos âmbitos universitários e em toda a sociedade.

O militarismo pretendia a homogeneização de toda essa sociedade, para que não houvesse outros conflitos e protestos indo de encontro e se chocando com os ideais militares. Esses ideais eram muitas vezes passados de uma forma totalmente distorcida, somente buscando o convencimento do público em geral. No Brasil, o Regime Militar que foi adotado teve consequências extremamente perversas em relação às condições de vida das classes dominadas. Qualquer divergência era vista como negativa e imediatamente tentava-se neutralizá-las. O controle ideológico foi vinculado por uma parcela da sociedade, fazendo com que o restante da mesma não tivesse condições de formular outra versão da realidade. (FERRARI, PEREIRA & FERNANDES, 2009, p. 05).

Os cursos com maiores ofertas de vagas eram aqueles voltados à técnica: Engenharias, Medicina, Enfermagem, e tais afirmações comprovam, mais uma vez, a característica reformística da Ditadura Militar na educação superior.

1.4. Reforma no Ensino Básico de 1971

A sociedade brasileira se encontrava em pleno surto industrial e a demanda por mão de obra qualificada para o mercado de trabalho se tornava cada vez mais crescente. Porém, a população brasileira, em sua maioria, não tinha condições de frequentar as

escolas, o que dificultava a qualificação da mão de obra necessária para suprir as demandas do mercado de trabalho.

Mas foi a partir do golpe de 1964 que as empresas da educação alcançaram notável expansão, na medida em que o Estado criou mecanismos expressivos de ordem legal, como a Constituição, que abriram espaço à iniciativa privada, à educação como um negócio rentável. Os governantes militares tentaram se desobrigar de financiar a educação pública e gratuita, e estabeleceram as condições legais que viabilizassem a transferência de recursos públicos para a rede particular. (ASSIS, 2012, p. 328)

O Milagre Econômico se encontrava em seu auge durante o ano de 1971 e, por conta disso, estratégias educacionais tinham que ser pensadas com urgência a fim de suprir as necessidades industriais. Nesse contexto, durante o Governo de Emílio Garrastazu Médici foi estruturada a lei 5.692 em 11 de agosto de 1971, que fixou as bases e diretrizes para os ensinos fundamental e médio ao redor de todo o país.

Art. 2º O ensino de 1º e 2º graus será ministrado em estabelecimentos criados ou reorganizados sob critérios que assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, sem duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes. Parágrafo único. A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento do ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo conselho de educação. (BRASIL, 1971)

A maioria das crianças e jovens entre 7 a 14 anos de idade não tinha acesso às salas de aulas das escolas públicas, primeiro porque o Governo não construía escolas para todos e segundo porque precisavam trabalhar para ajudar as famílias no sustento da casa. O Estado precisava diminuir, rapidamente, a quantidade de pessoas não escolarizadas do Açoque ao Chuí e, por conta disso, passou a ampliar a duração do ensino fundamental obrigatório de 4 para 8 anos, sendo que quem conseguia finalizar a 8ª série já poderia ingressar no mercado de trabalho.

Já o ensino médio ganhou o caráter de profissionalizante, difundindo-se o número de escolas técnicas e polivalentes ao longo do país. Essa profissionalização nasceu da preocupação dos gestores em conter a procura de vagas no ensino superior. Por conta disso passaram a destituir os cursos clássico e científico que buscavam a preparação do aluno para os vestibulares das instituições de ensino superiores.

As escolas técnicas passaram a se tornar um novo modelo educacional que buscava substituir o ensino anteriormente implantado. De acordo com CUNHA (1983, p. 89): “A

política de educação profissional é um conjunto de normas que regulam o encaminhamento da educação a nível profissional e tem por objetivo maior a reprodução da força de trabalho”. A ideia disseminada era de que quem concluía o ensino técnico tinha mais condições de encontrar empregos com bons salários do que aqueles que passavam mais de 04 anos nas universidades e faculdades. Assim,

“a profissionalização compulsória do 2º grau, imposta pelo Estado Ditatorial revestia-se com objetivos claros de afastamento da responsabilidade com a Educação pública e de qualidade, uma vez que intencionava a contenção do número crescente de jovens que buscavam a universidade, através do caráter de terminalidade alcançado no 2º grau”. (ALVES, s.a., p. 04)

Dessa forma buscava-se diminuir a pressão pelo aumento de vagas no ensino superior. Mas o que acontecia de fato era que o desenvolvimentismo estagnou na década de 1970, então técnicos e graduados tiveram dificuldades em conseguir empregos formais.

Alguns educadores afirmaram que o aumento do ensino de 1º grau de 04 para 08 anos significava um avanço nas discussões sobre o caráter seletista da educação. Eles diziam que esse era um pontapé inicial para que ocorresse, de fato, uma democratização da educação no Brasil, ampliando as oportunidades escolares para os jovens, porque ao aumentar a carga horaria do ensino em sala de aula, ampliava-se também a qualidade da educação oferecida ao aluno que era mais completa. No entanto, uma corrente de educadores passou a afirmar que isso seria em demasia dispendioso para o Estado gastar com a construção de novas escolas e capacitação de novos professores, sem contar com os concursos públicos que deveriam acontecer a fim de ampliar o número de profissionais da educação que viessem a contemplar a demanda de alunos.

Também aconteceu a extinção dos testes de admissão para os alunos que haviam concluído a 4ª série do 1º grau para ingressar no ginásio, porque muitos não tinham condições de passar nesses testes orais. A educação de jovens e adultos tornou-se uma responsabilidade do ensino supletivo que, em sua maioria, não era ofertado nas escolas públicas, mas sim, através de cursos de correspondência via correios, rádios e televisão. As mídias que abrangiam as grandes massas eram as responsáveis por difundir esse tipo de ensino.

Uma pessoa que não tivesse condições de fazer o ginásio (de 5ª a 8ª series), por exemplo, podia fazer um curso de violão por correspondência e, ao término deste, encontrar-se apto para trabalhar no mercado de trabalho como professor de violão. Esse tipo de ensino buscava aprimorar e atualizar conhecimentos ou, além disso, chegava a preencher as lacunas deixadas em aberto pelos ensinos de 1º e 2º graus.

As universidades passaram a receber os alunos que, obrigatoriamente, haviam concluído o ensino médio e que tinham sido aprovados nos exames vestibulares. Os cursos da pós-graduação eram destinados aos graduados que precisavam aprimorar e especificar os conhecimentos da sua área de trabalho.

A partir da lei em discussão, o ensino secundário de 1º e 2º graus tinha que ter o mesmo formato a nível nacional, a fim de contemplar todos os grupos distintos existentes ao redor do país. Fazia-se necessário uma estruturação curricular que abrangesse conhecimentos que seriam particulares a todos os estudantes da federação. Se um estudante precisasse se mudar do Rio de Janeiro para Manaus, ele poderia dar continuidade aos seus estudos fora do seu estado de origem porque a unificação da matriz curricular, a nível nacional, proporcionaria isso.

O currículo foi estruturado de forma a padronizar e fixar as disciplinas do núcleo comum para todas as séries, ampliando os objetivos das matérias. Os estados ainda tinham autonomia para propor matérias chegando a incluir algumas disciplinas obrigatórias, a exemplo: Educação Física, Educação Moral e Cívica, Educação Artística e Programas de Saúde.

No ano de 1971, quando o 1º grau se tornou obrigatório até a 8ª série isso impulsionou a inserção dos jovens que concluíram a 8ª série no mercado de trabalho. Porém, para que esses jovens se tornassem mão de obra qualificada, era necessário que o aluno tivesse uma educação que o qualificasse profissionalmente e isso implicava dizer que era preciso que mais recursos fossem destinados a educação, de forma a construir novas escolas, a ampliar a oferta de vagas de licenciaturas no ensino superior público, a melhorar a capacitação dos profissionais da educação e isso acabaria saindo muito caro para a União.

Na década de 1970 mais de 30% dos jovens que deveriam estar matriculados no 1º grau não tinham acesso à educação por causa da pobreza social em que viviam e,

mesmo que a oferta do ensino público se ampliasse, não tinham escolas o suficiente para suprir a demanda. Como o Governo não queria investir na construção de novas escolas, as jornadas escolares foram diminuídas: a escola em tempo integral deixou de existir a fim de que o estudante permanecesse nos centros escolares apenas durante um turno e o noturno surgiu, nesse momento, como uma opção a mais para aqueles que não tinham condições de frequentar as salas escolares durante o dia ou que precisavam trabalhar de dia. Então o aluno poderia escolher em qual turno gostaria ou poderia estudar, não havendo desculpas para não ingressar no ensino público.

O período noturno, portanto, é reservado ao aluno que trabalha, sendo essa a maior diferenciação entre os períodos. Mas essa „atenção especial“ que, no entanto, não evita a exclusão do aluno, pois parece ser este, afinal, o sentido último das reprovações contínuas, encobre e revela uma atitude discriminatória. [...]. Em síntese, ensina-se menos à noite e reprova-se mais (CARVALHO, 1997, p. 55-57)

A maioria dos professores que atuava na rede pública de ensino não tinha formação para exercer os cargos ocupados, sendo que a maioria deles tinha apenas o 1º grau de instrução completo. As estruturas físicas das escolas, os salários dos professores e a própria educação, em si, ficaram completamente deteriorados.

A Constituição Federal de 1967 assegurou a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino em oito anos, fato que influenciou na urgência de elaborar uma nova Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus (que só veio a ser promulgada em 1971), mas ao mesmo tempo em que se aumentou o tempo de escolaridade, foi retirada a vinculação constitucional de recursos com a justificativa de maior flexibilidade orçamentária. (ASSIS, 2012, p.331)

Nesse contexto a democratização da educação era uma utopia. Não existia participação política da população nas escolas. Os pais e a comunidade escolar não podiam opinar sobre os métodos e/ou a gestão escolar. A censura e a ausência de liberdade de expressão eram constantes e as disciplinas humanas tinham claramente por finalidade defender a ideologia militarista. Diretórios acadêmicos, grêmios estudantis, rádios comunitárias, rádios escolares, etc, foram fechados e os núcleos escolares eram constante e diretamente supervisionados pelos militares.

Nesse contexto, a propalada democratização assumia uma dimensão exclusivamente quantitativa e excluía a liberdade de participação política da população. O que se percebia era: o uso da repressão e da censura ao ensino; a introdução de disciplinas que defendiam a Ideologia de Segurança

Nacional; o encerramento dos diretórios e grêmios estudantis e sua substituição pelos denominados “centros cívicos escolares”, que eram tutelados e submetidos às autoridades oficiais. (ASSIS, 2012, p. 336)

A valorização da educação, na verdade, implicava na sua desqualificação e, no final das contas, o Estado investiu na privatização do ensino nos níveis médio e superior, deixando de financiar novas escolas e passando a conceder bolsas de estudos para aqueles que se matriculavam nas escolas públicas.

A transferência de verbas do ensino público para o ensino privado foi justificado pela necessidade de inclusão dos alunos excepcionais nos ensinos primário e secundário. A mesma ideia foi apresentada quando se tornou cada vez maior o financiamento governamental de bolsas de estudos nas instituições privadas de ensino, tanto secundarista quanto superior.

Em alguns locais, a exemplo a cidade do Rio de Janeiro, onde as escolas públicas não conseguiam chegar (locais de difícil acesso) as escolas particulares existiam como uma possibilidade de estudos para os jovens. As empresas privadas no Brasil foram obrigadas a fazer convênios com escolas particulares a fim de ceder para os filhos dos seus empregados o ensino básico de qualidade e também deveriam destinar uma determinada parte da sua folha de pagamentos às escolas particulares, de acordo com a lei 4.400/68. Dessa forma o Estado diminuía a destinação de verbas para o ensino público já que a rede particular foi diretamente incentivada e até mesmo obrigada a crescer tendo por base o próprio financiamento privado.

1.5. O Silêncio da História

Desde o momento em que os primeiros modelos educacionais foram implantados, eles sempre atenderam às necessidades políticas da reação. Desde os jesuítas até os neoliberais, a educação no estado brasileiro foi um instrumento utilizado a fim de manipular as massas, o povo brasileiro.

Em quaisquer momentos de crise, em especial as políticas, o currículo educacional era alterado. A fim de silenciar as ideias, a fim de modificar as reflexões, o Governo sempre teve uma atenção especial com as disciplinas inerentes às Ciências Humanas, já que uma das maiores finalidades delas é a de levar ao estudante a reflexão sobre os

problemas do cotidiano e às críticas sobre questões políticas, econômicas e sociais. A História é visada por conta disso.

A história tradicional se adequava aos interesses autoritários do Estado. As medidas políticas e econômicas, amplamente difundidas e impostas ao longo dos 21 anos de autoritarismo, foram vistas como precisas e necessárias. O ensino de História foi redefinido para evitar que houvesse questionamentos acerca da “ordem social” imposta no país. O ensino de História era baseado em uma série de interesses políticos e também tinha por finalidade manter a sociedade “em silêncio”, seguindo o controle da Segurança Nacional.

Os conteúdos dos cursos de História e da disciplina curricular da educação básica foram reorganizados de forma a não comprometer a ideologia militarista vigente. Houve diminuição da carga horária e uma completa redefinição dos seus conteúdos.

“No bojo desse regime autoritário, a educação passou a se ajustar às precárias condições de financiamento, espaço físico, recursos materiais, qualificação profissional, dentre outros. E ainda, passou por duas reformas significativas, e que marcaram a história da educação no país”. Assis (2012, p.337)

Ao longo do período militar a matéria de História dividia o seu espaço com as demais disciplinas do campo das Ciências Humanas: Geografia, OSPB, Sociologia, Antropologia, Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso. Após a reforma educacional, os professores eram obrigados a cumprir rigorosamente o programa da disciplina. O estado de delação era grande. Os próprios colegas professores denunciavam aqueles que não cumpriam o currículo educacional. Até mesmo os funcionários dos núcleos escolares faziam as delações.

Nesse contexto a disciplina de História havia se tornado Estudos Sociais e os “novos livros” tinham a finalidade de transmitir aos alunos posicionamentos políticos, econômicos e sociais que buscassem legitimar e convencer de que o Governo tinha completa razão ao implantar o militarismo. Os exercícios dos livros se baseavam no modelo positivista, onde o aluno repetia diversas vezes o mesmo conteúdo, a fim de internalizar o conteúdo. Os Estudos Sociais buscavam “ajustar o indivíduo à ordem”, tirando dele a capacidade reflexiva. Isso só veio mudar um pouco após o processo de redemocratização.

Nos anos 1980, com o término da Ditadura Militar, os debates acerca do processo de redemocratização, dos direitos sociais, das liberdades individuais, dentre outros, foram amplamente difundidos e o ensino de História foi inserido nesse contexto, a partir do qual surgiram novas e variadas propostas curriculares.

Novas realidades históricas precisavam ser estudadas e a reflexão crítica também tinha que voltar a acontecer numa escala mais ampla e que tocasse uma grande parte dos estudantes das escolas e universidades públicas. De acordo com Fonseca (s.a.) é necessário: “(...) romper com os modelos ortodoxos e reducionistas e situando-se dentro do movimento de renovação da historiografia contemporânea em nível mundial, [propor] o ensino através de eixos temáticos. (p. 108)

O mesmo movimento passou a acontecer nas universidades públicas brasileiras, a partir do processo de redemocratização. Durante esse período a inserção de novas tecnologias a partir dos meios de comunicação em massa como o rádio e a televisão vão difundir os aspectos culturais nacionais, bem como mudar a forma de ensinar história a partir de meados dos anos 1980.

Capítulo 2 – A UEFS e o Curso de Licenciatura em História

2.1. Fundação da Universidade Estadual de Feira de Santana

A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), como já foi dito anteriormente, foi institucionalizada, pensada e projetada durante o período da Ditadura Militar. De acordo com SANTOS & ROSA (2012, p.82)

No reconhecimento de que toda a população tem direito á educação em todos os níveis, criou-se uma entidade para viabilizar a proposta da Faculdade de Filosofia de Feira de Santana: a Associação Educacional Desembargador Filinto Bastos. Diferente da entidade anterior essa sobreviveu por mais anos: de 1963 a 1968 – acompanhou, portanto, um a conjuntura de rupturas e transições com o golpe militar.

Os militares tinham, nessa época, um “cuidado” e uma atenção grande com as universidades, porque era nesse seio universitário que surgiram a maioria dos críticos do governo ditatorial. Por conta disso a UEFS foi implantada de forma lenta e gradual, dando seus primeiros passos na década de 1960 com a implantação da Faculdade de Educação, para, nos anos 1970 tornar-se uma instituição de nível superior com as características e finalidades de uma universidade (Feira Hoje, 1974).

Feira de Santana é a maior cidade do interior baiano. Ela atende vários municípios circunvizinhos fornecendo diversos serviços a essas populações e, inclusive, oferta vagas nas escolas públicas e cursos técnicos às pessoas que não encontraram, em suas cidades, tais ofertas.

A sociedade feirense passou a reivindicar a construção de uma universidade que desse a oportunidade de ingressar no ensino superior aqueles que não tinham condições de sair do recôncavo baiano para estudar na capital soteropolitana, já que nessa época a única universidade pública do estado da Bahia era a UFBA (Universidade Federal da Bahia) que se encontrava em Salvador. A finalidade da construção da Uefs foi a de interiorizar o ensino superior nas décadas de 1960/70.

[...] o próprio crescimento urbano e industrial de Salvador, poderia ser apontado como fator contribuinte [para a expansão econômica do município], na medida em que as demandas ali localizadas impulsionavam as atividades produtivas e terciárias feirenses. Mas para além desses fatores, muito contribuíram - ainda que em escala muitíssimo menor que a observada em Salvador - seu próprio crescimento populacional e o progresso nos transportes (CRUZ, 1999, p. 206).

Um dos grandes motivos que levaram à construção da UEFS foi a propagação da Teoria do Capital Humano, a qual afirmava que deveriam existir investimentos na educação, porque é a partir dela que pode vir a ocorrer o desenvolvimento social e humano. Claramente a referida teoria é apenas um instrumento de dominação e manipulação ideológica das massas. Ela afirma que se o Estado oferecer à população apenas o acesso à educação, as pessoas terão melhores condições de concorrer no mercado de trabalho e de, conseqüentemente, ter o acesso a empregos melhores e, assim, até vir a mudar de classe social à qual pertence.

Isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p. 50).

O tipo de ideia apresentado acima, de cunho neoliberal, exige o Estado de proporcionar ao seu povo meios de combater as desigualdades sociais, tornando responsável das pessoas de prover o seu desenvolvimento social e pessoal. Após

diversas reivindicações e solicitações feitas ao Governo do Estado da Bahia, em 1968, foi fundada a Faculdade de Educação, oferecendo os cursos de Letras com Inglês e Letras com Francês (Feira Hoje, 1968).

Durante o ano de 1970 foi criada a Faculdade Universidade de Feira de Santana (FUFS). Esta foi organizada ideológica e estruturalmente de acordo com a Reforma Universitária de 1968, que implantou a indissociabilidade do tripé: ensino, pesquisa e extensão. Os professores que compunham o quadro docente da FUFS também tinham que trabalhar segundo o regime de D.E. (Dedicação Exclusiva).

A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) só foi mesmo institucionalizada em 31 de maio de 1976 (na data de “comemoração” de 12 anos do Golpe Militar) e apresentava oito cursos: Bacharelado em Administração, Bacharelado em Ciências Contábeis, Bacharelado em Ciências Econômicas, Bacharelado em Enfermagem, Bacharelado em Engenharia de Operações – Modalidade Construção Civil, Licenciatura de 1º e 2º graus em Letras – Francês e Inglês, Licenciatura Plena em Ciências (com habilitação em Matemática e Biologia e em Ciências 1º grau) e Licenciatura Plena em Estudos Sociais (com habilitação em Educação Moral e Cívica e em Estudos Sociais 1º grau). (Feira Hoje, 1975)

Sete anos depois, em 1983, foi criada a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) como uma universidade multicampi que buscava atender diversos municípios baianos em toda a extensão do referido estado. Até os dias atuais ela é a maior instituição universitária pública da região norte, nordeste e centro-oeste. Pouco tempo depois de sua implantação existiu uma grande pressão para que a UEFS deixasse de ser a universidade criada com o fim de abarcar a demanda dos estudantes oriundos do recôncavo baiano, para que ela passasse a integrar a UNEB. Porém após a resistência da reitoria em aceitar tal proposta, a UEFS manteve o seu caráter singular.

Nos dias atuais a UEFS conta com: 28 cursos de graduação, 17 cursos de especialização, 14 de mestrado e 06 de doutorado, tornando-se referência no ensino superior a nível nacional.⁴

⁴ Disponível em: www2.uefs.br/pgh. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

2.2. Licenciatura Plena em Estudos Sociais

O curso de Estudos Sociais foi implantado na UEFS na década de 1970 pelo Governo Federal. Os militares que haviam assumido o controle do país estruturaram um projeto de interiorização do ensino superior, a partir do qual instituições de ensino superior públicas foram implantadas no interior dos estados brasileiros. Universidades como UEFS, UESC, UESB e UNEB surgiram nesse contexto. De acordo com SANTOS & ROSA (2012, p. 85):

As decisões de política educacional do governo baiano, no período estudado, fazem parte de um conjunto maior de mudanças que transformaram o país. Contudo, as lutas no campo da educação superior na Bahia pontuam a singularidade local, que forçaria a instância estadual a assumir sozinha a interiorização desse nível até a década de 1990.

O segundo objetivo de tal projeto era implantar cursos de licenciaturas curtas que dessem ao professor os conhecimentos necessários para ele divulgar em sala temas e conteúdos que ressaltassem a importância e os pontos positivos dos governos militares no Brasil.

Com a reforma da educação básica promovida em 1972 e a implantação do curso de Estudos Sociais na UEFS em 1976, os profissionais da educação que eram responsáveis por lecionar as disciplinas de História e Geografia se viram numa situação difícil por conta da fragmentação dos currículos, que foi imposta pelo Governo. Os currículos de História e Geografia, antes da Reforma do Ensino Básico, eram mais completos, chegando a trabalhar assuntos que envolviam o diálogo e a reflexão sobre temas políticos e sociais como, por exemplo, as desigualdades sociais existentes no Brasil, levando ao aluno a refletir sobre tais temáticas. Após a reforma proposta pelo Governo, os currículos foram enxugados e assuntos que suscitavam o aluno à reflexão.

A má formação dos profissionais de Estudos Sociais passou a gerar descontentamento entre a própria categoria de professores. Greves e mobilizações aconteceram a fim de que a matéria de Estudos Sociais fosse repensada e que os profissionais da educação, de História e Geografia, pudessem voltar a lecionar dignamente as suas disciplinas.

Em 1984, durante um simpósio da AMPUH, foi declarado que o curso de Estudos Sociais estava fadado a terminar e que esse processo era irreversível. Após muitas mobilizações a matéria de Estudos Sociais foi sendo extinta, gradativamente, do 1º grau na década de 1980, extinguindo as licenciaturas curtas nas universidades, como a de Estudos Sociais, transformando-a nas licenciaturas em História e Geografia. “Acompanhando um movimento nacional, o curso surge em substituição à Licenciatura Curta em Estudos Sociais – existente na UEFS desde 1976 -, após um processo de lutas, encampadas por professores da instituição e estudantes do curso de Estudos Sociais”. (LOPES, 2013, p. 53)

2.3. Surgimento do curso de História: 1986

Desde a fundação da UEFS existia o curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais. Porém esse modelo de curso não contemplava a demanda existente em Feira de Santana.

A criação do Curso de História na Universidade Estadual de Feira de Santana e uma aspiração da comunidade acadêmica, que já se manifestou concretamente de várias maneiras, constatando de forma evidente a precariedade dos antigos cursos de Estudos Sociais e a necessidade urgente de sua extinção. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA, 1990, p. 2).

Fazia-se necessária a existência de um curso de História que motivasse os alunos a pesquisarem aspectos inerentes á cultura local que evidenciasse e ressaltasse a importância às culturas sertanejas, da cultura do recôncavo baiano.

Uma série de movimentos e mobilizações de professores e alunos do curso de Estudos Sociais aconteceu na década de 1980. Através deles professores e alunos do curso de Estudos Sociais buscavam o término da oferta do referido curso e a transformação deste nos cursos de História e Geografia. Durante uma das manifestações ocorridas, docentes e discentes chegaram a enterrar, simbolicamente, o curso de estudos Sociais (LOPES, 2003)

A pressão para que o curso de História fosse implantado aumentou em meados de 1985, quando se finalizou o período ditatorial e o processo de redemocratização se iniciou. Os bons ventos democráticos voltaram a soprar e, então, em 1986 o curso de História foi implantado.

O objetivo principal do curso era formar professores que levassem para as salas de aulas não apenas conceitos, como também desconstruíssem a ideia de que o cidadão era um mero expectador da realidade social, conceito este que foi amplamente difundido durante o período militar no Brasil, através da disciplina de Estudos Sociais. Alguns autores lidos no curso foram: Paulo Freire, Antônio Gramsci e Pierre Bourdieu. (LOPES, 2013)

No ano de 1995 foi implantado o 1º curso de pós-graduação em História (Lato Sensu) de Teoria e Metodologia da História e, seis anos mais tarde, foi implantada a pós em História da Bahia. Ambos os cursos buscavam desenvolver pesquisas sobre a região de Feira de Santana e também acerca de demais cidades do interior da Bahia que, até então, eram pouco ou nada estudadas e/ou conhecidas. Alunos de História, tanto da UEFS quanto de outras instituições de ensino superior, eram o público alvo da pós-graduação.⁵

O curso de História vem evoluindo ao longo do tempo, porque foi a partir dele que surgiram os cursos de pós-graduação e também foram criados núcleos de pesquisa. Também impulsionado por ele ocorreu a construção e a manutenção de acervos como o CEDOC-UEFS, dentre outros.

Durante o ano de 2006, 20 anos após a implantação do curso de História da UEFS, foi aprovado o Mestrado em História, que conta com 2 linhas de pesquisa (Cultura, identidade e linguagens e Cultura, sociedade e política) e que atrai estudantes de distintas instituições de ensino superior, a ingressarem nele.

2.4. Proposta Curricular: 1986 a 1996

Como já foi dito anteriormente, os currículos educacionais refletem as características políticas, econômicas e sociais da sociedade contemporânea. De acordo com Silva (1999, p. 23)

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação

⁵ Disponível em: www2.uefs.br/pgh. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

As fontes que serão analisadas agora são do ano de 1984 (penúltimo ano da vigência da Ditadura Militar no Brasil) e mostra a necessidade de implantação de um curso de História na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e em como se fazia imprescindível o estudo aprofundado da História no momento em que os ventos da redemocratização começaram a soprar no Brasil.

A UEFS oferecia uma Licenciatura Curta em Estudos Sociais, que tinha por objetivo formar e capacitar os professores a lecionarem os conteúdos históricos e geográficos de maneira a legitimar o militarismo vigente na época e evidenciar os pontos positivos dos governos autoritários. A formação do profissional de Estudos Sociais era rasa, já que a ideia da disciplina não era problematizar os assuntos trabalhados, mas sim, informar aos alunos eventos ocorridos, utilizando o ponto de vista positivista em sala de aula. No ano de 1984, de acordo com os documentos manuseados, já era evidente que aconteceria a extinção do curso de Estudos Sociais. Então, já que este seria finalizado, foi feita a proposta para implantação do curso de Licenciatura Plena em História.

A implantação da UEFS fez parte de um projeto governamental que buscava interiorizar o acesso à educação superior. Existia um projeto implantado na década de 1970 chamado PIEC.(Plano Integral de Educação e Cultura). As diretrizes dele determinavam o necessário para garantir o desenvolvimento do estado:

- a) atendimento prioritário das áreas vinculadas ao processo de desenvolvimento econômico, através do fortalecimento de algumas instituições existentes [sobretudo na capital];
- b) implantar no interior 4 faculdades para formação de professores de primeiro ciclo;
- c) Implantar Universidade do Sul do Estado”. (BAHIA, 1968)

Nesse íntere era fundamental que a referida instituição tivesse um curso de História voltado para a formação de professores para atuar nas escolas de ensino público e particular. Também era objetivo deste incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a cultura feirense local e acerca das regiões circunvizinhas a Feira de Santana.

Aconteceram algumas tentativas de implantar o curso de História durante a vigência dos militares no poder, porém isso não aconteceu. O Projeto do Curso de História, que é o documento estudado nessa pesquisa, foi redigido no ano de 1984 e buscava a implantação do curso de História no 1º semestre de 1985. Uma das possibilidades que o curso de História ofereceria era a de que os alunos de Estudos Sociais poderiam ingressar nele continuando os seus estudos a partir do 2º semestre. “Recomenda-se ainda, para atendimento dos alunos do curso de Estudos Sociais que gradativamente se extingue, sejam oferecidas, desde o 1º semestre letivo de 1985, disciplinas do elenco do 2º, 3º e 4º semestre do curso de História” (UEFS, 1984, p.03).

Um dos objetivos específicos do curso era o de “formar profissionais de História com uma visão crítica do acontecer histórico, para atuarem no 1º e 2º graus”. (UEFS, 1984, p. 05). De acordo com dados fornecidos pelo Projeto do Curso de História (UEFS, 1984), a maioria das escolas públicas de Feira de Santana já não ofertavam mais a disciplina de Estudos Sociais, mas sim, a haviam desmembrado em História e Geografia. Portanto, não tinha mais sentido lógico existir o curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais na UEFS.

O que é ministrado nas escolas não é Estudos Sociais como uma área de conhecimento per si, mas História e Geografia separadamente. Segundo informações da Superintendência Regional de Educação – SUREC 2 – sediada em Feira de Santana, 92% das escolas de 1º e 2º graus de sua jurisdição, modificou a grade curricular, substituindo o ensino de Estudos Sociais por Geografia e História. (UEFS, 1984, p.05)

Desde o ano de 1981 que os estudantes do referido curso se mobilizaram a fim de exigir a implantação do curso de Licenciatura em História. Tendo por base as leituras de LOPES (2003) e UEFS (1984), uma das principais argumentações para a implantação do curso de História era a má formação dos profissionais de Estudos Sociais. “[...] a qualidade dos profissionais formados pelo Curso de Estudos Sociais, torna-se bastante discutível uma vez que a proposta curricular oferecida abrange várias áreas do saber, sem aprofundar nenhuma delas”. (UEFS, 1984, p.05) Eles não conseguiam contemplar as necessidades de trabalhar determinados assuntos como a conjuntura política e econômica da década de 1980 com os alunos, pois a sua formação acadêmica visava informar os estudantes sem problematizar os assuntos ministrados em

classe. O levantamento de questionamentos e a análise crítica e reflexiva dos temas contemporâneos não eram feitas, tornando incompleto o ensino de Estudos Sociais.

De acordo com as ementas das disciplinas e dos objetivos propostos pelo Projeto do Curso de História, existia a necessidade de desenvolver pesquisas sobre a cultura feirense local e acerca das regiões circunvizinhas à cidade de Feira de Santana. “Almeja-se que o Curso de História, contribua decisivamente para a elaboração de pesquisas e trabalhos que possam registrar e preservar a memória de Feira de Santana e de outras regiões circunvizinhas”. (UEFS, 1984, p.06)

O currículo proposto destacava a necessidade em estudar a História da América Latina, a História do Brasil e a História Regional, destacando a importância em estudar e analisar a arte desenvolvida. [...] “evitou-se a ênfase demasiada na História Européia, ganhando espaço para privilegiar a História da América Latina, do Brasil e a Regional”. (UEFS, 1984, p.06).

As disciplinas de Artes (História Geral da Arte e História da Arte Brasileira) faziam parte do currículo obrigatório. A partir delas era feita a conexão entre o desenvolvimento da sociedade e da cultura locais em relação com as questões políticas, econômicas e sociais vigentes na época (anos 1980). A disciplina de Formação da Cultura Brasileira também veio a reforçar a necessidade de transdisciplinariedade entre as áreas da História e Artes a fim de ampliar o leque de estudos sobre a evolução e as transformações sociais ocorridas ao longo do tempo. “Sob a rubrica complementares obrigatórias, estão as disciplinas indispensáveis à complementação da formação específica, inclusive as didático-pedagógicas”. (UEFS, 1984, p.06)

Apesar de existirem poucas disciplinas de educação (no currículo obrigatório eram apenas 06), uma das propostas do currículo era formar profissionais da História que buscassem melhorar a qualidade do ensino do 1º e 2º graus, através da pesquisa e da atuação em sala de aula. A seguir a estrutura curricular do curso de História (1986-1996) será analisada e discutida.

1º semestre:

Disciplina	Carga Horária	Pré-Requisito
------------	---------------	---------------

Metodologia do Trabalho Científico	60h	-----
Introdução à Filosofia	60h	-----
Matemática I	75h	-----
Introdução à Economia	60h	-----
Língua Portuguesa I	75h	-----
Educação Física I	30h	-----

Fonte: GUIMARÃES-A. LIMA, 2016

Nas disciplinas ofertadas no 1º semestre observa-se a presença de Matemática I e Língua Portuguesa I. As duas cargas horárias são maiores porque de acordo com as concepções político-pedagógicas vigentes na década de 1980, Português e Matemática era as principais disciplinas nas escolas de ensino secundário. Essa concepção se estendeu até o currículo acadêmico da implantação do curso de História, que foi redigido em 1984.

A maior proximidade entre a técnica e o significado parece ser o recurso decisivo de que se utiliza a Língua para disseminar a impressão generalizada de que, em sua seara, os problemas de natureza pedagógica são mais simples ou têm soluções mais factíveis do que no caso da Matemática. Na verdade, as questões envolvidas num e noutro caso são estruturalmente idênticas, tendo o mesmo grau de complexidade epistemológica. As soluções intentadas é que são significativamente distintas e, nesse sentido, a julgar pelas dificuldades crônicas com as quais convive seu ensino, à Matemática caberia dar o passo decisivo no sentido da aproximação das estratégias desenvolvidas no caso da língua materna. (MACHADO, 2011, p. 37)

A presença da matéria de Matemática mostra um pouco da influência do tecnicismo no Brasil, que ressaltava a importância das ciências exatas e da natureza. Tal característica também pode ser observada a partir da presença de Educação Física, com carga horária de 30 horas. A matéria era oferecida durante os três primeiros semestres, chegando a totalizar 90 horas.

2º semestre:

Disciplina	Carga Horária	Pré-Requisito
Introdução aos Estudos da História	60h	-----
Introdução à Antropologia	60h	-----
História da Antiguidade	75h	-----
História Geral da Arte	60h	-----
Optativa I	60h	-----
Educação Física II	30h	Educação Física I

Fonte: GUIMARÃES-A. LIMA, 2016

As disciplinas do 2º semestre mostram a importância da História para a sociedade como um todo, destacando a importância dos estudos de Antropologia e de Antiguidade como instrumentos que enriquecem e proporcionam uma melhor compreensão do estudo de História. “[...] questões fundamentais da Antropologia Cultural: cultura e sociedade; o casamento; parentesco e família; magia e religião; linguagem e sociedade”. (UEFS, 1984, p.28)

A matéria de Introdução aos Estudos de História mostrava ao graduando a importância da transversalidade entre a História e as demais Ciências Humanas. O tratamento das fontes e a documentação da História também eram estudados. De acordo com a ementa da disciplina, esta buscava: “O sentido da História enquanto ciência e sua relação com as demais ciências humanas. A historicidade dos fatos e o devir histórico. Fontes e documentação da História. (UEFS, 1984, p.19)

A disciplina de História da Arte como obrigatória é uma das características desse currículo. Na década de 1980 pensava-se que através da arte era possível compreender o desenvolvimento da sociedade e do homem também. No currículo proposto o estudo de Artes analisava: “A relação entre a produção artística e o contexto histórico”. (UEFS, 1984, p.25) As matérias de Introdução à Antropologia e História da Antiguidade buscavam estudar as relações entre cultura e sociedade, mostrando distintas características sociais em momentos históricos diferentes.

3º semestre

Disciplina	Carga Horária	Pré-Requisito
Teoria da História I	60h	Existia um pré-requisito de acordo com o documento, mas não foi encontrada nenhuma disciplina que condissesse com o código.
História Medieval	60h	História da Antiguidade
Fundamentos da Sociologia	60h	-----
Psicologia da Educação I – Aprendizagem	45h	-----
Optativa II	60h	-----
Educação Física III	30h	Educação Física II

Fonte: GUIMARÃES-A. LIMA, 2016

As disciplinas da área de História que foram ofertadas nesse 3º semestre apresentam pré-requisito de matérias que foram ministradas anteriormente. Para estudar Teoria da História I, que consistia no: “estudo da História como análise dos fatos e teorização da História como forma da sua compreensão” (UEFS, 1984, p.19) era necessário ter sido aprovado em Metodologia do Trabalho Científico para que, dessa forma, o aluno tivesse uma compreensão completa de como a Teoria da História deveria ser estudada e aprendida.

Também aparece a primeira disciplina de educação que apresenta carga horária de 45 horas e que buscava levar ao estudante de graduação a compreensão das distintas formas existentes dos processos de ensino-aprendizagem que os alunos do ensino básico poderiam vir a desenvolver. Ela determinava o estudo de: “Teorias modernas sobre Psicologia da Aprendizagem e princípios básicos que regem o comportamento humano e suas relações com a prática educativa”. (UEFS, 1984, p. 32)

A matéria de Fundamentos da Sociologia acrescentou criticidade ao currículo. A proposta desta era a de analisar as relações sociais entre a Sociologia e as demais disciplinas. Levava o aluno a pensar criticamente a conjuntura política, econômica e social que ele estava vivendo nos anos 1980. “Fundamentos da Sociologia de um modo crítico que permita uma compreensão das relações sociais no seu acontecer e na própria realidade presente”. (UEFS, 1984, p.27)

A disciplina de História Medieval apresentava estudos sobre a cultura medieval analisando também aspectos culturais sobre os territórios da Ásia e da África no momento histórico anterior ao processo de colonização e neocolonização (XV-XX). Buscava destacar a importância do desenvolvimento científico e literário durante o Feudalismo. “A formação dos estudos bárbaros. O modo de produção feudal. As transformações político-sociais a partir do século XII. Aspectos das estruturas sócio-econômicas da África e da Ásia”. (UEFS, 1984, p.20)

4º semestre

Disciplina	Carga Horária	Pré-Requisito
Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica	75h	Teoria da História I
História Moderna	75h	História Medieval
História do Brasil Colônia	60h	História Medieval
História da América Colonial	60h	História Medieval
Psicologia da Educação II – Desenvolvimento	60h	Psicologia da Educação I – Aprendizagem
Estudos de Problemas Brasileiros I	60h	-----

Fonte: GUIMARÃES-A. LIMA, 2016

Nesse semestre dentre as seis disciplinas ofertadas, cinco apresentam pré-requisitos. Para as matérias de História Moderna, Brasil Colônia e América Colonial a

exigência era a mesma: ter sido aprovado em História Medieval. Tal critério era obrigatório para as três matérias por causa necessidade da linearidade\continuidade da História. A disciplina Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica tinha como pré-requisito Teoria da História, já que para o graduando poder desenvolver atividades voltadas à pesquisa era necessário ter embasamento teórico acerca das teorias da História, a fim de conseguir formular: “Projeto de pesquisa: planejar, executar, avaliar. Suas possibilidades e limites. A pesquisa no campo da História: significado prático”. (UEFS, 1984, p.19)

O surgimento da disciplina de Estudo dos Problemas Brasileiros I é o ponto alto desse semestre. A referida matéria buscava conscientizar os alunos acerca da realidade social brasileira, mostrando-lhes as estruturas sociais do Brasil, suas características étnicas e culturais e as estruturas políticas (Legislativo, Judiciário, Executivo), juntamente com as explicações sobre as noções de democracia. De acordo com a ementa da disciplina, ela estudava:

A realidade brasileira: características geopolíticas e geoeconômicas. A formação étnica e cultural e situação demográfica e seus principais aspectos. As estruturas sociais (comportamento social, estratificação social, mobilidade); as estruturas econômicas (uma análise do sistema econômico brasileiro). As estruturas políticas (estruturas dos poderes legislativo, executivo, judiciário, a democracia). (UEFS, 1984, p.30)

Dentro de um leque de disciplinas que buscavam a análise e o estudo da História nos séculos XV e XVI, a matéria em referência objetivava mostrar ao graduando os fatos ocorridos durante o século XX, em especial, ao longo da Ditadura Militar (1964-1985).

5º semestre

Disciplina	Carga Horária	Pré-Requisito
Historiografia Brasileira	60h	-----
História Contemporânea	60h	História Moderna
História do Brasil Império	60h	História do Brasil Colônia

História das Ideias Políticas	60h	-----
História da Arte Brasileira	60h	História Geral da Arte
Didática	60h	Psicologia da Educação I

Fonte: GUIMARÃES-A. LIMA, 2016

Mais uma disciplina de educação é apresentada no 5º semestre: Didática, que mostrava ao aluno a importância em desenvolver estratégias didáticas que façam com que os alunos assimilem bem os conteúdos. Nesse processo de ensino-aprendizagem é importante ressaltar que os estudantes aprendem de formas diferentes, então só na prática escolar que o professor percebe qual será a melhor estratégia de ensino que deverá ser adotada em sala de aula. “[...] Planejamento didático: objetivos, importância, características e tipos; planos de curso, de unidade, de aula”. (UEFS, 1984, p. 31)

A disciplina de História Contemporânea buscava analisar, interpretar e estudar as relações sociais, políticas e econômicas ocorridas no século XX. Ela estudava e analisava: “As revoluções burguesas e as transformações sociais. A revolução tecnológica e a nova dinâmica capitalista. Os grandes conflitos e as transformações político-sociais do século XX”. Vale a pena lembrar que a proposta curricular do curso de História da UEFS foi elaborada no ano de 1984, quando ainda existia um governo militar autoritário no poder, então matérias como esta ainda provocava, era considerada uma afronta ao governo vigente da época. O pré-requisito de História Contemporânea era História Moderna.

A matéria de Brasil Império exigia como pré-requisito Brasil Colônia por conta da linearidade histórica proposta e observada pela estrutura curricular. Aliás, essa era um dos aspectos evidentes do referido objeto de estudo: a preocupação pedagógica na disposição das disciplinas e seus pré-requisitos, que obrigavam o aluno a não desistir de determinadas matérias por conta dos pré-requisitos para as disciplinas seguintes. História da Arte era obrigatória e exigia como pré-requisito História Geral da Arte.

A disciplina de História das Ideias Políticas apresentava uma análise das ideias políticas surgidas na Antiguidade até o século XX, buscando analisar como a construção

política é um reflexo da sociedade e de quais formas as classes\grupos sociais convivem e disputam as influências políticas, econômicas e sociais. A disciplina traçava:

Panorama das ideias políticas da antiguidade ao hoje, ressaltando-se o seu surgimento no processo dialético de negação de propostas anteriores e apresentação de novas perspectivas de construção da sociedade, no inter-relacionamento de grupos que se confrontam na participação econômica, social, política, religiosa e cultural na sociedade (UEFS, 1984, p.22).

6º semestre

Disciplina	Carga Horária	Pré-Requisito
História do Brasil República	60h	História do Brasil Império
História Econômica Geral	60h	-----
História da Bahia	60h	História Medieval
História da América Latina Contemporânea	60h	História da América Colonial
Eletiva I	60h	-----
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Grau	60h	-----

Fonte: GUIMARÃES-A. LIMA, 2016

A disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Grau evidenciava a importância de haver uma reestruturação da educação brasileira, mostrando os problemas que os pensadores da educação, professores e alunos enfrentavam. A disciplina evidenciava: “[...] enfoques teóricos diversos quanto à problemática educacional brasileira” (UEFS, 1984, p. 31) Destacava também a importância do desenvolvimento de pesquisas sobre educação, a fim de melhorar a qualidade do ensino no 1º e 2º graus, que era uma das principais finalidades desse currículo\curso.

Nesse semestre observa-se que todas as disciplinas estudam a História do Brasil, que foi analisada por diferentes vieses. A matéria de História do Brasil República evidenciava a forma como a república brasileira foi implantada, enfocando o Estado Novo. A matéria de História Econômica Geral buscava pensar as relações entre o desenvolvimento econômico versus o desenvolvimento social. Estudava: “as principais formações econômicas desenvolvidas ao longo do processo histórico; o devir das estruturas econômicas e a dinâmica das relações sociais no processo evolutivo”. (UEFS, 1984, p. 23)

7º semestre

Disciplina	Carga Horária	Pré-Requisito
História dos Tempos Atuais	60h	História Contemporânea
História do Brasil Atual	60h	História do Brasil República
Formação Econômica do Brasil	60h	História Econômica Geral
Formação da Cultura Brasileira	60h	História da Antropologia
Optativa III	60h	-----
Metodologia do Ensino da História	60h	Didática

Fonte: GUIMARÃES-A. LIMA, 2016

A disciplina de História dos Tempos Atuais mostrava todo o contexto da Guerra Fria, evidenciando a influência das disputas entre os dois blocos (o capitalista liderado pelos E.U.A. e o socialista guiado pela U.R.S.S.) na política e na sociedade brasileira. O estudo feito pela matéria chegava a analisar os problemas atuais (de 1984) do Brasil. De acordo com UEFS (1984, p. 21), a matéria em questão estudava: “A divisão do mundo em áreas de influência. O conflito latente e a ameaça nuclear. A atual conjuntura”.

A matéria de História do Brasil Atual mostrava as questões políticas, econômicas e sociais inerentes à sociedade brasileira após o Estado Novo. Também analisava o desenvolvimento econômico (a industrialização), os governos populistas, a implantação da Ditadura Militar e os problemas conjunturais da década de 1980 (como a falta de assistência médica às populações carentes, a questão da previdência social, a alta da inflação, etc). De acordo com a ementa da disciplina, o foco era: “A República Liberal-Burguesa. O populismo e a política desenvolvimentista. O autoritarismo e o Estado burocrático. A atual conjuntura”. (UEFS, 1984, p. 25) Era, de certa forma, um complemento dos conteúdos abordados na matéria de História dos Tempos Atuais.

A disciplina Formação Econômica do Brasil buscava analisar as etapas do desenvolvimento econômico do país, retratando as características desenvolvimentistas e seus desdobramentos na década de 1980. “A inserção do Brasil na dinâmica capitalista; as diversas etapas do desenvolvimento econômico brasileiro; o significado dessas etapas para a economia brasileira da atualidade”. (UEFS, 1984, p. 26). Economia Geral era um pré-requisito.

A matéria Formação da Cultura Brasileira mostrava a formação da cultura e da identidade nacional. Destacava a percepção das características regionais e das culturas locais, que são evidenciados na arte. A disciplina em questão também mostrava o desenvolvimento do folclore regional, das artes plásticas e cênicas. O pré-requisito era ter cursado História da Antropologia.

A disciplina de Metodologia do Ensino da História tinha por finalidade promover ao aluno o contato com a realidade da sua futura profissão. O graduando deveria aprender a formular planos de ensino e planos de aula, utilizando os recursos didáticos necessários e disponíveis nas salas de aulas do 2º grau. “[...] preparação de planos de ensino, definição de objetivos, escolha de estratégias de ensino, de recursos didáticos e de critérios e formas de avaliação para o ensino da História nas escolas de 2º grau”. (UEFS, 1984, p. 32) O pré-requisito era ter cursado Didática.

8º semestre

Disciplina	Carga Horária	Pré-Requisito

Geografia Econômica	60h	-----
Estudo de Problemas Brasileiros II	60h	Estudo de Problemas Brasileiros I
Optativa IV	60h	-----
Eletiva II	60h	-----
Estágio Supervisionado em História	180h	-----

Fonte: GUIMARÃES-A. LIMA, 2016

A disciplina de Estágio Supervisionado em História era ofertada no 8º semestre (e último) e tinha carga horária de 180 horas. Nesta disciplina os graduandos tinham que associar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de educação que ele havia cursado anteriormente. De acordo com a proposta da disciplina, ela exigia: “aplicabilidade dos conhecimentos de Psicologia e Didática à metodologia do processo ensino aprendizagem da História, em situações concretas de escolarização [...]”. (UEFS, 1984, p. 32) O futuro professor tinha que assumir uma classe em escola pública, a fim de aplicar os conhecimentos adquiridos na graduação, em prática. A disciplina exigia a entrega de um relatório.

A matéria de Estudo dos Problemas Brasileiros II buscava analisar os problemas políticos, econômicos e sociais observadas no nordeste brasileiro. Questões como a necessidade de reforma agrária, os desequilíbrios socioeconômicos, a assistência médica precária às pessoas menos favorecidas, o saneamento básico e o desenvolvimento do ensino médio e superior eram temáticas abordadas na matéria. A proposta era promover o: “[...] estudo do Nordeste e seus problemas; desenvolvimento agrícola, pecuária, a reforma agrária; as disparidades e os desequilíbrios sócio-econômicos [...]”. (UEFS, 1984, p. 30)

A disciplina de Geografia Econômica buscava levar ao graduando a aprendizagem de conceitos como espaço geográfico espaço econômico e regionalização. Estudava a distribuição dos recursos naturais no Brasil e analisava o impulsionamento econômico tendo por base a distribuição de tais recursos.

O fluxograma do Projeto do Curso de História, como um todo, era composto por disciplinas que buscavam a análise dos problemas sociais, políticos e econômicos da sociedade brasileira. Analisava as transformações políticas e sociais acontecidas no Brasil do século XX, estudando a sociedade da época ditatorial do país.

Os estudos das questões políticas norteavam as disciplinas e as discussões teóricas. Acredita-se que por causa da politização das matérias e pelo fato da maioria delas enunciar a análise dos problemas socioeconômicos e políticos, a implantação do curso não aconteceu no 1º semestre de 1985, como era esperado.

As disciplinas de educação e as práticas em sala de aula, nesse currículo, eram poucas. Apenas a última disciplina de educação, Estágio Supervisionado de História, fazia com que o graduando tivesse contato direto com a realidade escolar. Dentre as seis disciplinas obrigatórias de educação, apenas esta tinha caráter teórico-prático.

De acordo com as fontes pesquisadas, o currículo proposto na implantação do curso de História da UEFS tinha por finalidade formar historiadores-pesquisadores que viessem a problematizar a História que lhes era apresentada. “Formar profissionais de História com uma visão crítica e dinâmica do acontecer histórico, para atuarem no ensino de 1º e 2º graus”. (UEFS, 1984, p. 04) Essa era uma das finalidades, visto que o curso de Estudos Sociais apresentava a característica negativa de formar profissionais que não se aprofundavam no estudo e na análise dos assuntos propostos nas aulas de 1º e 2º graus.

Também é observável que a concepção político-pedagógica apresentada no fluxograma buscava investir na formação histórica do futuro profissional da educação. A partir daí o futuro professor estruturaria a aplicação dos conteúdos absorvidos na academia, adotando as estratégias didáticas necessárias para trabalhar bem esses quesitos em sala de aula.

Nota-se que os alunos estudaram pouca teoria da História. Eles só tiveram uma matéria de teoria de 60h, ao passo que as matérias de Artes foram duas e totalizaram 120h. O alunado foi bombardeado com as disciplinas políticas e culturais, então a partir de tal análise é possível afirmar que a proposta curricular de implantação do curso de História da UEFS tinha um aspecto culturalista sim, e a partir do mesmo foram realizados estudos sobre política que buscavam iluminar os graduandos acerca da

necessidade e da importância de estudar a formação dos partidos políticos, a política em si e as consequências da implantação da Ditadura Militar no país. Isso sem esquecer-se da relevância das histórias regional e local que evidenciavam as singularidades e particularidades da cultura regional desse país tão grande, vasto e plural.

3. Considerações Finais

Durante a pesquisa elaborada a fim de compor o Trabalho de Conclusão de Curso, foi percebido que dos anos 1950 a 1990, o currículo do curso de História e a própria história em si, foi construída e reconstruída de acordo com as tendências governistas. Ao longo dos 21 anos de militarismo no Brasil a disciplina de História perdeu a sua importância e o seu caráter crítico e reflexivo.

As Ciências Humanas foram deixadas de escanteio para dar lugar ao tecnicismo e seus cálculos, engenharias e escolas polivalentes. História e Geografia perderam grande parte de seus currículos, fundindo-se em uma só disciplina: Estudos Sociais. Se na educação básica as coisas estavam difíceis, no ensino superior foi pior ainda.

Os militares fizeram uma “limpeza geral” nos currículos dos cursos universitários de História. As ementas das disciplinas foram “enxugadas”. Os autores de cunho esquerdista, como os marxistas e socialistas, “sumiram” durante a reforma universitária ocorrida em 1968, durante o governo de Costa e Silva, que institucionalizou a Ditadura Militar. Os positivistas e os conservadores foram colocados em destaque e os professores universitários da área de Humanas tiveram suas aulas restritas à reprodução de conteúdos que buscavam dar vantagem ou beneficiar o Governo.

Nas universidades onde era mais percebida a atuação dos estudantes em movimentos de oposição ao Governo, os militares chegavam a acompanhar, a assistir aulas, demonstrando claramente o modelo autoritário e repressor que era imposto no referido período.

Os cursos de Licenciatura Curta em Estudos Sociais eram impulsionados e motivados a funcionar nas universidades, em detrimento dos cursos de História e geografia. Na UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana) não foi diferente.

Décadas antes da implantação do curso de História, o curso de Estudos Sociais foi implantado.

A comunidade feirense reivindicou, durante longo tempo, a institucionalização do curso de História, mas o Governo ditatorial não “liberou” o funcionamento do referido curso. Quando o autoritarismo dos militares caiu por terra, iniciou-se o movimento de redemocratização. As bibliotecas puderam “atualizar e diversificar” os seus acervos, os pensamentos de esquerda partidária voltaram a ser ouvidos, a educação reformulou os seus currículos e, nesse contexto, no ano de 1986, foi implantado o curso de História da UEFS.

Os professores fundadores tiveram o cuidado de não reproduzir os erros cometidos pelos seus antecessores, e formularam ementas que buscavam ampliar os horizontes dos alunos, trabalhando autores como Paulo Freire, Antônio Gramsci e Pierre Bourdieu. A proposta do ensino universitário, sugerida aos alunos da graduação agradou a muita gente, até porque os professores que compunham o corpo docente do curso eram altamente politizados e buscavam que os alunos soubessem se posicionar criticamente perante as desigualdades e os problemas sociais.

Como desenvolver um sentimento genuíno de pertencer a um grupo social, quer grande quer pequeno? Parece haver apenas um método, e este é: Pensar e sentir e AGIR com um grupo como parte dele à medida que ele exerce suas atividade e se esforça por atingir seus fins. Os indivíduos são amalgamados em pequenos grupos coesos, os pequenos grupos divergentes são amalgamados no grande grupo de cooperação, quando atuam juntos para fins comuns, com visão comum, e com juízo unificado” (Citado por APPLE, 1982, p.107).

O currículo acadêmico evidenciava a importância, não apenas da necessidade do desenvolvimento da criticidade, como também buscavam motivar os estudantes a pensarem em pesquisar temas como os problemas sociais, sobre educação, dentre outros. O currículo do Projeto do Curso de História apresenta características multiculturalistas. Ele mostra que é necessário estudar aspectos como a formação cultural brasileira como forma de ampliar a compreensão sobre as características étnicas, culturais e sociais dos povos que formam o povo brasileiro. As maneiras distintas de lidarem com a espiritualidade, o casamento e os idiomas\dialetos falados

além de ampliarem os conhecimentos sobre a composição cultural nacional também implicam na valorização dos povos estudados.

Essa valorização é de fundamental importância porque existem distintos grupos sociais no país, que apresentam identidades culturais plurais e que diferem entre si. Então ao compor um currículo multicultural há o reconhecimento dessa diversidade, evidenciando a importância político-social do currículo em questão.

O estudo da História Local e da História Regional veio quebrar uma hegemonia tradicionalista que impulsionava e destacava os estudos das características inerentes à região sul-sudeste do país, desconstruindo o tipo de História escrita “dos dominantes para os dominados”. Até porque através da História Local novas características são pesquisadas, descobertas e divulgadas, o que passa a motivar o desenvolvimento de pesquisas sobre a cultura local.

A proposta curricular proposta para a implantação do curso de História, não resta dúvidas, promovia um afastamento do ensino tradicional e evidenciou uma sugestão cultural ampla e diversa, o que beneficiou diretamente as duas primeiras gerações de professores de história feirenses, que foram formados entre os anos de 1986 a 1996.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Jaime. Anísio Teixeira e a educação na Bahia. In: Anísio Teixeira: pensamento e ação. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960. p.01-68.

ANTUNES, Isa Cristina Barbosa; **SILVA**, Rafael Oliveira da; **BANDEIRA**, Tainá da Silva. A Reforma Universitária De 1968 E As Transformações Nas Instituições De Ensino Superior. UFRN.

APPLE, M. Ideologia e Currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Educação e Poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989

ASSIS. Renata Machado de. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012

BAHIA. Secretaria de Educação e Cultura. Plano Integral de Educação e 86 revista entreideias, Salvador, v. 1, n. 2, p. 69-86, jul./dez. 2012 Cultura. Salvador, 1968 e 1969. (v. 1 e 2).

BARBOSA, Ana Mae. John Dewey e o Ensino da Arte no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

BAUER, Caroline Silveira. Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23. 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1151.pdf>

BOMENY, Helena. O sentido político da educação de Jango. Disponível em: www.institutojoagoulart.org.br (2008)

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da Ação. Tradução: Mariza Corrêa. São Paulo: Papirus, 1996.

CARVALHO, Célia Pezzolo de. Ensino noturno: realidade e ilusão. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

COUTO, R. C. História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964-1985. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999

CRUZ, Rossine Cerqueira da. A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. O Golpe na Educação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1895.

DE OLIVEIRA, Cristiane Costa Bicunha. Ditadura no Brasil: da Violência a Coerção Social. Lins: Faculdade Auxilium de Filosofia, Ciências e Letras, 2003.

DEWEY, John. A Filosofia em Reconstrução. São Paulo: Companhia Editora Nacional, _____.

Como Pensamos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

_____. Democracia e Educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

1958.

FERRARI, Julio Cesar; PEREIRA, Rafael Caluz & FERNANDES, Paulo Sérgio. A Imposição Da Ditadura Militar Na Sociedade Brasileira Uma Breve Analogia Do Comportamento Estado/Oposição. Lins, São Paulo, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História Ensinada. São Paulo: Papyrus, 1993.

GOMES, José Jairo. Direitos Políticos. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 100, p. 103-130, jan./jun. 2010.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MACHADO, J. N. Matemática e língua materna: análise de uma impregnação mútua. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, C.B. Uma reforma necessária. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1001-1020, out. 2006.

MARTINS FILHO, J. R. Movimento estudantil e militarização do estado no Brasil (1964-1968). São Paulo: Papirus, 1987.

MORAES, João Quartim de. La nature de classe de l'Etat bresilien (I). In: Les Temps Modernes, n° 304, Paris: 1971 a, p.651-675.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. Historia y problemas del siglo XX . Volumen 2, Año 2, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica e razão dualista. 4ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

PAIVA, V. P. Educação Popular e Educação de Adultos. 2. ed. São Paulo : Loyola, 1983.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª ed. Universidade Feevale – Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>

SAES, Décio. Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

_____. Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891).2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTANA, C. S. Maoísmo na Bahia (1967-1970). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, A. M. F. & ROSA, D. L. Um legado sobre a formação de professores: movimento de interiorização da universidade no Estado da Bahia. Revista entreideias, Salvador, v. 1, n. 2, p. 69-86, jul./dez. 2012

SANTOS, Éder Fernando. O ensino superior no Brasil e os Acordos MEC-USAID: o intervencionismo norte-americano na educação brasileira. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara. 32ª edição – Campinas, Autores Associados, 2003.

SCHNEIDER, B. R. 1994 [1991]. Burocracia pública e política industrial no Brasil. São Paulo : Sumaré

SILVA, Elizete da. Cidadãos de outra pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

TEIXEIRA, Anísio. Educação é um Direito. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

_____. Educação é um direito. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____. Educação e universidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988.

_____. Educação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

TRINDADE, Héliogio. Reforma universitária no Brasil: o desafio do governo Lula.

TOLEDO, C. N. de (Org.). 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

WESCHLER, Lawrence. Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores. Companhia das Letras, 1990.

CATÁLOGO DE FONTES

Jornais

900 Candidatos Estão Disputando 500 Vagas. **A Tarde**, Salvador, p. 11, 08 de jul de 1976.

CONCURSO Vestibular Unificado – Julho 1976. **Folha do Norte**, Feira de Santana, s.p., 13 de jul de 1976

FEIRA Pede a Sua Universidade. **Feira Hoje**. Feira de Santana, s.p.; s.a.

FUNDAÇÃO Universidade de Feira de Santana – Edital 4/75. **Feira Hoje**. Feira de Santana, p. 08, 13 de ago de 1975

FUNDAÇÃO Universidade de Feira de Santana – Edital 6/75. **Feira Hoje**. Feira de Santana, p. 01, 24 de jul de 1975

O Vestibular de Janeiro. **Feira Hoje**. Feira de Santana, sp. 19 de ago de 1975.

UNIVERSIDADE de Feira de Santana Começa a Funcionar em 1976. **Diário de Notícias**. Feira de Santana, p. 03, 06 de set de 1976.

VESTIBULAR dia 18. **Feira Hoje**. S.p., 08 de jul de 1976.

Outros

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. **Plano Estrutural do Curso de Licenciatura em História**. Feira de Santana: UEFS, 1990.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. **Projeto do Curso de História**. Feira de Santana: UEFS, 1984.